

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo deste trabalho será disponibilizado somente a partir de 08/04/2022.

CHARLES NASCIMENTO DE SÁ

**AÇÕES E PERCALÇOS NA ADMINISTRAÇÃO DOS
GOVERNADORES POMBALINOS NA CAPITANIA DA BAHIA – 1750 a
1777**

ASSIS

2020

CHARLES NASCIMENTO DE SÁ

**AÇÕES E PERCALÇOS NA ADMINISTRAÇÃO DOS
GOVERNADORES POMBALINOS NA CAPITANIA DA BAHIA – 1750 a
1777**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues

Bolsista: Programa de Apoio à Capacitação de Docentes e Técnicos Administrativos da UNEB – PAC-DT

ASSIS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

S111a Sá, Charles Nascimento de
Ações e percalços na administração dos governadores
pombalinos na capitania da Bahia – 1750 a 1777 / Charles
Nascimento de Sá. Assis, 2020.
326 f. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. André Figueiredo Rodrigues

1. Bahia - História - 1750-1777. 2. José I, Rei de
Portugal, 1714-1777. 3. Brasil - História - Capitánias
hereditárias - 1534-1762. I. Título.

CDD 981

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: AÇÕES E PERCALÇOS NA ADMINISTRAÇÃO DOS GOVERNADORES POMBALINOS
NA CAPITANIA DA BAHIA – 1750 a 1777

AUTOR: CHARLES NASCIMENTO DE SÁ

ORIENTADOR: ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES
Departamento de História / UNESP/Assis

Profª. Dra. LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA
Departamento de História / UNESP/Assis

Prof. Dr. ANGELO ALVES CARRARA
Departamento de História / UFJF/Juiz de Fora

Profª. Dra. AVANETE PEREIRA SOUSA
Departamento de História / UESB/Vitória da Conquista

Prof. Dr. ERICK DETLEF LANGER
Georgetown University/Washington

Assis, 08 de abril de 2020

AGRADECIMENTO

Agradecer, do latim *Gratia*: graça, beleza, encanto. Sabor agradável. Benefício, serviço. Reconhecimento, gratidão.

Ao agradecer demonstramos que todo trabalho científico nunca é fruto de uma única pessoa. Para ele convergem desde o conhecimento acadêmico acumulado ao longo do tempo, bem como aos que de forma direta e indireta auxiliaram na confecção da obra. Agradecer é reconhecer, é possuir gratidão, é entender que “nós vivemos por que convivemos” (PEREIRA SOUSA, 2012, p. 62).

Agradeço a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, pela licença para realização do Doutorado bem como pelo auxílio por meio da bolsa UNEB PAC-DT nesses 3 anos e oito meses de pesquisa e produção.

A Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, UNESP campus de Assis, pelo convívio, aprendizado e estudo nesse período.

Ao meu orientador e amigo fraterno, professor Dr. André Figueiredo Rodrigues, por seu carinho, conhecimento, exemplo, temperança, bondade, inteligência, denodo. Suas orientações, revisões, conversas, livros indicados e críticas foram cruciais para que esta tese viesse à tona. De nossas conversas emergiu muito do que aqui está escrito. A você devo muitos dos acertos, os erros postos são evidentemente meus. Agradeço de sobremaneira pela sua amizade, pelo companheirismo e humildade demonstrada nesse percurso. A gratidão “é irmã gêmea da felicidade, é a resposta da alma que se encantou e soube se revestir de generosidade” (PEREIRA SOUSA, 2012, p. 80). A Isabel, sua esposa, apaixonada por cuscuz, um abraço fraterno.

Aos professores do curso, de modo particular àqueles que convivi mais detidamente nas aulas. Agradeço profundamente pelo empenho e dedicação para constituição de um programa de Pós-graduação em História de tamanha qualidade como da UNESP/Assis. Saudações sinceras à professora Lúcia e aos professores Beired, André, Germano e Fábio pelas aulas que instigaram maior aprendizagem de minha parte.

Aos professores Avanete Pereira Sousa (UESB) e Ângelo Alves Carrara (UFJF) pela participação na Banca de Qualificação. Pelos inúmeros apontamentos, críticas, indicações bibliográficas e teóricas. Pelo diálogo e discussão que melhor garantiram a qualidade da pesquisa, muito obrigado.

Aos participantes da Banca de Defesa: Avanete Pereira Sousa (UESB), Ângelo Alves Carrara (UFJF), Erick Detlef Langer (Georgetown University/Washington) e Lucia Helena

Oliveira da Silva (UNESP/Assis) agradeço ao tempo doado, a análise do texto, suas críticas, sugestões e indicativos vindos da leitura da tese.

A minha turma da pós-graduação em História e Sociedade da UNESP/Assis do ano de 2016. Contar com cada discussão, debate, saídas, risadas, leituras, descobertas, foi deveras enriquecedor. Vivenciar a alegria sincera de novas amizades nas pessoas de Cíntia, Dani, Luigi, Bruno, Jorge, Eduardo, Matheus, Augusto, Fernando, Gustavo, Jefferson, Abner, Miriam, Edi e Cássia foi sem dúvida um privilégio.

Aos técnicos da UNESP/Assis, de modo particular e com carinho a Lino e Marcos, pelo convívio, ajuda e sorriso no rosto sempre que necessitei de algum auxílio.

Aos colegas do Campus XVIII da UNEB em Eunápolis, por todo convívio, partilha, diálogo e amizade. Agradeço de maneira particular aos que convivem ou conviveram na casa dos professores, cada momento do tempo aí vivenciado foi sempre proveitoso. Lícia, Ero, Wilson, Pedro, Ivone, Edcarla, Carol, Henderson, Caetano, Salete, Renata, Irlena LÍlian, Jacilda, Dida, Jackline, Juliana, Glória, Darlan, Sandra Mendes, Sandra Barbosa, Taís, Orley, Alex, Lorena, Jacqueline, aos técnicos e pessoal da limpeza, a todos que compõem o universo do Campus XVIII meu muito obrigado.

Aos amigos de toda vida, aos que estão sempre presentes: Minho, Tito, Jorge, Marcinha, Fabi, Cláudio, Lu, Netinha, Lee, Waldir, Flor, Ângelo, Márcio, Paty, Déa, Átila, Jailton, Alessandro, Marrocos, Sônia, Jânio, Sirla, Eric, Isley, Ítala, Chuquinha, Dadai, Thaísa, Adriano, Adriana, Hélio, Eliane. Pelas risadas, pelo carinho, pela atenção e proteção, pelas farras e resenhas, agradeço de coração.

A minha família, a do sertão e a do cacau, aos que me conhecem desde sempre: Painho, Mainha, Tia Rosinha, Dedé, Lia, Nem, Quinho, Jamile, Heitor, Juninho, Aislan, Juli, Péricles, Agenor, tia Maria, Núbia, tia Anginha, tia Glícia, tia Margarida, tio Zé, tio Nego, tia Maria, Zezinho, Margarete, Verbena; aos primos, primas, aos que convivi e convivo, agradeço.

Aos meus filhotes Caio e Tácio. Em suas diferenças me ensinaram a ser um pai melhor. Por fim, a meus amigos de Jacarecy. Para meu lugar de origem todo o meu carinho.

SÁ, Charles Nascimento de. **Ações e percalços na administração dos governadores pombalinos na capitania da Bahia – 1750 a 1777**. 2020. 326 f. Tese. (Doutorado em História e Sociedade). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

RESUMO

Esta tese surgiu a partir da indagação dos seguintes problemas: Como atuaram os governadores para introduzir, no governo geral da Bahia, as medidas e práticas propostas pela Coroa durante o reinado de D. José I? Quais foram as dificuldades encontradas pelos governadores gerais em sua função na capitania da Bahia, no período de 1750 a 1777? Quais eram as queixas mais comuns, constantes em seus escritos e cartas, que eles apontaram sobre a capitania e sua gente? O objetivo geral do trabalho foi: compreender o comportamento político dos governadores gerais que estiveram na Bahia entre 1750 a 1777 e sua ligação com os problemas oriundos dos grupos e povos por eles governados. O método indiciário e o materialismo histórico nortearam a pesquisa, esta por sua vez foi explicativa. O embasamento teórico do texto assentou-se em Stuart Schwartz, Charles Boxer, John Russell-Wood, Nuno Monteiro, Antônio Manuel de Hespanha, João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêia, Avanete Sousa, dentre outros estudiosos da Bahia colonial e do Império português na Idade Moderna. A base documental consultada foi a do Arquivo Histórico Ultramarino - AHU, disponibilizada no site do Projeto Resgate. Constitui-se de ofícios e cartas enviados para Portugal pelos responsáveis pelo governo da capitania no período pombalino. A tese possui um total de 311 páginas e está dividida em quatro capítulos. No primeiro faz-se uma discussão teórica sobre a noção de Império, poder e governo no Antigo Regime português. O segundo dedica-se a analisar a cidade de Salvador e a Bahia no século XVIII. O terceiro e quarto capítulos detêm-se no estudo e análise da documentação do AHU. Os problemas vivenciados pelos governadores da capitania entre 1750 a 1777 e descortinados aqui foram: a) funcionários régios; b) militar, defesa, delitos c) ouro/minas/descaminhos; d) agricultura e cultura de novos produtos; farinha; seca/chuva; madeira e) porto, frotas, navios e África; f) Igreja. Entender os problemas vivenciados pelos governadores permitiu melhor compreender a lógica da sociedade colonial baiana no Setecentos, bem como a complexidade e dinâmica que envolvia os grupos, a riqueza, o lugar social, os méritos, os apreços, e toda uma gama de valores e situações que forjaram o poder e a sociedade baiana colonial.

Palavras-chaves: Bahia. Governo. Império português. Problemas. Poder.

SÁ, Charles Nascimento de. **Actions and mishaps in the administration of the Pombaline governors in the captaincy of Bahia - 1750 to 1777**. 2020. 326 f. Thesis. (Doctorate in History and Society). Paulista State University (UNESP), Faculty of Sciences and Letters, Assis, 2020.

ABSTRACT

This thesis arose from the question of the following problems: How did the governors act to introduce, in the general government of Bahia, the measures and practices proposed by the Crown during the reign of D. José I? What were the difficulties encountered by the governors-general in their role in the captaincy of Bahia, from 1750 to 1777? What were the most common complaints in their writings and letters that they pointed out about the captaincy and its people? The general objective of the work was: to understand the political behavior of the general governors who were in Bahia between 1750 and 1777 and their connection with the problems arising from the groups and peoples governed by them. The indictment method and historical materialism guided the research, which in turn was explanatory. The theoretical basis of the text was based on Stuart Schwartz, Charles Boxer, John Russell-Wood, Nuno Monteiro, Antônio Manuel de Hespanha, João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêia, Avanete Sousa, among other scholars from colonial Bahia and the Portuguese Empire in Modern age. The consulted documentary base was that of the Overseas Historical Archive - AHU, available on the website of the Rescue Project. It consists of letters and letters sent to Portugal by those responsible for the government of the captaincy in the Pombaline period. The thesis has a total of 311 pages and is divided into four chapters. In the first, there is a theoretical discussion about the notion of Empire, power and government in the Old Portuguese Regime. The second is dedicated to analyzing the city of Salvador and Bahia in the 18th century. The third and fourth chapters focus on the study and analysis of the AHU documentation. The problems experienced by the captaincy governors between 1750 and 1777 and revealed here were: a) royal officials; b) military, defense, crimes c) gold / mines / deviations; d) agriculture and culture of new products; flour; drought / rain; wood e) port, fleets, ships and Africa; f) Church. Understanding the problems experienced by the governors allowed us to better understand the logic of Bahian colonial society in the 17th century, as well as the complexity and dynamics that involved groups, wealth, social place, merits, appreciation, and a whole range of values and situations that forged colonial Bahian power and society.

Keywords: Bahia. Government. Portuguese empire. Problems. Power.

TABELAS, QUADROS FIGURAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Desenvolvimento econômico da Bahia no período colonial	79
Quadro 1 - Navios da carreira da Índia ancorados no porto de Salvador, 1750-1777	83
Quadro 2 - Navios carregados de tabaco, direcionados para Costa da Mina, Angola e Congo	85
Quadro 3 - Variação da população de Salvador na segunda metade do século XVIII	117
Quadro 4 - Composição racial do Brasil no final do período colonial	130
Quadro 5 - lista de governadores da Bahia, 1755-1777	148
Figura 1 - Bacias hidrográficas de Salvador.....	90
Figura 2 - Relation du Voyage de la Mer du Sud aux Côtes du Chily et du Perou	94
Figura 3 - Cidade do Salvador	95
Figura 4 - Topografia do sítio escolhido e o traçado do núcleo urbano original de Salvador, 1549	97
Figura 5 - Prospecto de José Antônio Caldas. 1756 – 1758	100
Figura 6 – Ribeira das Naus	265
Gráfico 1 - Estimativa do número de escravos embarcados para o Brasil entre o século XVI ao XIX	125
Gráfico 2 - linha do tempo tráfico de escravos da África para América	126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

1. Poder, governo e autoridade no Império português na Idade Moderna.....	21
1.1 Poder e representação no Antigo Regime.....	22
1.2 História política e poder	26
1.3 O Antigo Regime português	33
1.4 Monarquia pluricontinental e o sistema atlântico no Império português	36
1.5 O Marquês de Pombal	42
1.6 O marquês de Pombal e sua época	44
1.7 Conexões ibéricas	50
1.8 Nobreza e governo	59
1.9 Governo e seu significado no Antigo Regime português	64

CAPÍTULO II

2. SALVADOR, uma cidade na Ba(h)ia	75
2.1 A capitania da Bahia e sua capital	76
2.2 A Baía de Todos os Santos e seu Recôncavo	80
2.3 Salvador, sede do governo português e da capitania da Bahia.....	93
2.4 Salvador na literatura de viagem	104
2.5 Comércio e alimentação.....	108
2.6 População, sociedade e aspectos culturais na Salvador do século XVIII	115

CAPÍTULO III

3. PARA OBEDECER E EXECUTAR ORDENS TÃO CHEIA DE JUSTIÇA: governadores e funcionários régios na capitania da Bahia no período pombalino.....	132
3.1 Governadores do século XVIII, entre iluminados e iluministas	133
3.2 Relação biográfica dos governadores da capitania no período pombalino	139

3.3 Sobre o governo e seu entendimento no Antigo Regime	146
3.4 Governadores e funcionários régios, questões e problemas postos na administração da capitania da Bahia	153

CAPÍTULO IV

4. DO ZÊLO QUE PROFISSO DO REAL SERVIÇO DO MESMO SENHOR – Governadores da Bahia e os outros problemas na administração da capitania – 1750 a 1777.....	198
4.1 Para além dos funcionários régios: outros problemas para administrar a capitania no período pombalino	196
4.2 Militar, defesa, delitos	201
4.3 Ouro/minas/descaminhos	235
4.4 Agricultura e cultura de novos produtos; alimentos; farinha; seca/chuva; madeira	245
4.5 Porto, frotas, navios e África	258
4. 6 Igreja	280

CONCLUSÃO	292
------------------------	-----

FONTES CONSULTADAS	298
---------------------------------	-----

FONTES MANUSCRITAS E SITES	314
---	-----

REFERÊNCIAS	315
--------------------------	-----

INTRODUÇÃO

No primeiro capítulo de seu livro *Apologia da História, ou, o ofício do historiador*, Marc Bloch conceitua a história como “ciência dos homens, no tempo”. Para ele se o tempo é “realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso”, o tempo histórico “ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade”. Dando continuidade à sua noção de tempo histórico, ele também afirma que “esse tempo verdadeiro é, por natureza, um *continuum*. É também perpétua mudança” (BLOCH, 2001, p. 55).

As citações de Bloch apontam para algo que aqui também, nesta pesquisa, procurou-se discernir: a administração dos governadores da Bahia no período pombalino e os problemas político-administrativos da capitania. O que ensejou também apreender a compreensão do homem no tempo, no tempo histórico, o local dos fenômenos, sócio-políticos, econômicos e culturais. Outrossim como Bloch nos afirma, da dialética a envolver o tempo natural e o tempo histórico, surgem os problemas e as indagações que forjam a vivência humana em sua estadia no planeta.

Para Reinhart Koselleck, o tempo histórico,

caso o conceito tenha mesmo um sentido próprio, está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem as consequências de ações, a suas instituições e organizações. Todos eles, homens e instituições, têm formas próprias de ação e consecução que lhe são imanentes e que possuem um ritmo temporal próprio (KOSELLECK, 2006, p. 14).

Essa compreensão de que o tempo histórico envolve homens e suas instituições, e que estes agem em conformidade com um ritmo temporal próprio, é um dos pontos a fundamentar o entendimento da ciência histórica. Cada pessoa, cada grupo humano, cada instituição, cada elemento construído pelo ser humano em sua trajetória histórica está alicerçado sobre valores, ideias, técnicas e vivências que espelham o concreto de suas vidas, o momento histórico e social por estes vivenciados.

Para se compreender os gestos e ações dos seres humanos e sua vivência no tempo e espaço é necessário que sejam levados em consideração itens como a compreensão do tempo histórico, sua cronologia, a duração da vida dos indivíduos, os momentos de crise, as questões

políticas e militares, os meios de transporte, a questão da indústria, a questão bélica, (KOSELLECK, 2006, p. 14).

A presente tese descortina-se tendo em vista os apontamentos de Bloch e Koselleck aqui indicados, mas, também, se alicerça em outros autores, que ora serão discutidos nesta Introdução, ou, devidamente, em outros pontos do texto. Os itens citados por Koselleck são aqui alinhados para abranger o dia a dia dos governadores em sua lide diária na administração da capitania da Bahia.

Eles são abordados por meio dos problemas que os governadores encontraram em sua relação com homens e mulheres no serviço a Sua Majestade real. Questões como disputas entre membros do judiciário, brigas e perseguições entre funcionários régios, defesa, ação policial, guerras, desvios de ouro e dinheiro, status, tentativas de melhorias técnicas na agricultura, seca, chuva, dentre outros itens, foram alguns desses problemas. Foram esses elementos que trazem para o concreto as ações e feitos dos indivíduos em seu tempo histórico.

Para se entender e analisar esses problemas fez-se uso de estudos oriundos de pesquisas e trabalhos anteriores realizados por diversos historiadores. Entende-se aqui que

no conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa mesma palavra (KOSELLECK, 2006, p. 109).

Essa ideia da plurissignificação das palavras, do entendimento que outros tempos e pessoas davam conotações diversas a expressões ainda hoje utilizadas, que a formação e a mentalidade dominante determinavam como se expressar e o que dizer, é um dos vetores no estudo aqui produzido. Ao indicar as diferenças entre a história e outras áreas do conhecimento, como a matemática, Bloch informa que o historiador, ao se deparar com seu objeto de estudo, precisa entender que

os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática. Para bem traduzi-los, portanto para bem penetrá-los (...) uma grande finesse de linguagem [uma cor correta no tom verbal] são necessários (BLOCH, 2001, p. 54-55).

Evidencia-se, assim, a correlação entre as forças das palavras, bem como seus significados e significantes, como nos aponta Koselleck, e o entendimento da história e seu estudo pelo historiador.

São as palavras que definem os documentos aqui compilados e analisados. Pelas palavras e seu sentido em seu tempo e espaço, os responsáveis pelo governo da capitania da Bahia, entre os anos de 1750 a 1777, fizeram saber suas atividades, disputas, contendas, problemas e adversidades. Foram as palavras copiadas em cartas, relatórios e ofícios, que tornaram presente ações e eventos ocorridos no período aqui estudado. Entende-se assim que “a explicação histórica, como toda verdadeira explicação do social, tem de se basear nas circunstâncias reais em que os homens executam suas ações, nas que atuam os sujeitos, seja o que for o que se entenda por sujeitos: indivíduos, grupos, entidades, instituições, abstrações” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 385).

Os textos e palavras que tornaram possível o estudo aqui posto foram consultados no site do Projeto Resgate (<http://resgate.bn.br>). Segundo a página do projeto (<https://bndigital.bn.gov.br>) este é assim entendido:

o Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (Projeto Resgate) foi criado institucionalmente, em 1995, por meio de protocolo assinado entre as autoridades portuguesas e brasileiras no âmbito da Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO). Tem como objetivo principal disponibilizar documentos históricos relativos à História do Brasil existentes em arquivos de outros países, sobretudo Portugal e demais países europeus com os quais tivemos uma história colonial imbricada. (...) Aproximadamente 340.000 documentos (perto de três milhões de páginas manuscritas) relativos a 18 capitanias da América portuguesa depositados no renomado Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) – o maior acervo de documentação colonial brasileira no exterior – foram descritos, classificados, microfilmados e digitalizados (PROJETO RESGATE, 2019, p. 1).

Da documentação disponível no Resgate, foram compilados documentos constantes no acervo Bahia – Eduardo de Castro e Almeida¹ (1613-1807). Recebe esse nome em homenagem ao responsável, em Portugal, pela organização documental. Dos papéis ali presentes cerca de 1.100 foram lidos para a tese, desse total 276 faziam referências a problemas vivenciados pelos governadores. Um total de 175 foram aqui citados.

Seguindo os parâmetros registrados no site da Biblioteca Nacional, (<https://bndigital.bn.gov.br>) utilizou-as os seguintes critérios nos documentos ali constantes para elaboração do acervo do Projeto Resgate:

AHU (Arquivo Histórico Ultramarino) – Entidade detentora

ACL (Administração Central) – Grupo de Arquivos

CU (Conselho Ultramarino) – Fundo

¹ www.resgate.bn.br

005 (Brasil – Bahia – Castro de Almeida) – Série

Cx.. – Caixa (1 a 151)

Doc. – documento (1 a 30.351)

A grafia dos documentos citados foi atualizada.

Para se reconstituir a sociedade e a dinâmica econômica, cultural e política da Bahia pombalina, recorreu-se a uma gama variada de referências bibliográficas, bem como a textos e relatos de indivíduos que viveram ou estiveram na Bahia entre os séculos XVI e XVIII, a exemplo de Luiz dos Santos Vilhena (1744 – 1814), Maria Graham (1785 – 1842), frei Vicente do Salvador (1534 – 1636), Sebastião da Rocha Pita (1660 – 1738), André João Antonil (1649 – 1716), William Dampier (1651 – 1715).

Obras historiográficas serviram para o aparte teórico, destacando-se os estudos de Stuart Schwartz, Bert Barckman, Richard Graham, Luís Henrique Dias Tavares, Kátia Mattoso, Pierre Verger, Amaral Lapa, Russell-Wood, dentre outros que estudaram a Bahia ou áreas do Império português, e que aqui auxiliaram na compreensão do universo colonial baiano. Buscou-se, assim, por meio da inter-relação entre relatos de pessoas que viveram na Bahia colonial, estudos históricos sobre esse mesmo período e documentos “conhecer os fatos; em seguida, explicá-los, concatená-los, em uma exposição coerente, pois “em história, a preocupação com os fatos constituem o elemento consistente, aquele que resiste à contestação” (PROST, 2015, p. 53, 55).

Nesse sentido, os eventos e elementos aqui estudados nos fazem entender que

aquilo que os historiadores investigam é real. O ponto do qual os historiadores devem partir (...) é a distinção fundamental e, para eles, absolutamente central, entre fato comprovável e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são (HOBSEBAWM, 2013, p. 8).

Para compreender o processo histórico aqui posto, seus agentes, sujeitos e instituições a eles vinculados, suas concepções e mentalidades dominantes, enfim, para organizar as evidências e sua análise, recorreu-se ao método, ou métodos, aqui aplicados. Por exemplo, ao discutir a abordagem em obras de arte feitas pelo italiano Giovanni Morelli entre o final do século XIX e início do século XX, o historiador italiano Carlo Ginzburg indica o que ele conceitua como método indiciário. De acordo com Ginzburg, nesse método “é preciso examinar os pormenores mais negligenciáveis e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia” (GINZBURG, 1989, p. 144). Ao abordar problemas, muitos dos quais de pequena monta, pode-se esclarecer o cotidiano dos governadores e da sociedade baiana colonial e sua conexão com a estrutura do Império português. Pretende-se aqui trabalhar esses

pormenores e sua importância para entender a dinâmica do governo português na Idade Moderna.

Além disso, o método indiciário aqui posto, não foi o único dos aportes teóricos que seguimos. Buscou-se, deste modo escapar “do modelo único da evolução humana com suas concepções mecanicistas do progresso, que aparece como produto das ‘leis históricas’, com escassa participação dos homens” procurando-se, portanto, “a realidade ambígua e ambivalente (...) análise do pequeno momento singular” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 473, 475)².

Ao entender, neste trabalho, ser a história uma ciência, ou um conhecimento cientificamente elaborado, impõe-se, também, a questão do método. Este precisa auxiliar na produção de um conhecimento que seja confiável. Ainda que o historiador escolha suas evidências “mais pelo que ela pode dizer sobre determinado evento ou ato individual do que pelo que possa explicar sobre quaisquer outros eventos” (MUNSLOW, 2009, p. 13), isso somente demonstra que, por ser uma ciência, a história caminha para responder a problemas. Afinal, “a atividade científica se desenvolve a partir de problemas, e a busca de solução para eles é o estímulo ao estudo, à investigação, ao desenvolvimento do processo de pesquisa” (RODRIGUES, 2013, p. 14).

Entende-se nesta pesquisa a história “como um modo de investigação e de entendimento relacionado a uma ideia do passado, uma ideia de um evento e de algum relacionamento significativo a ser estabelecido entre os eventos, e uma ideia de mudança” (OAKESHOTT, 2003, p. 50). Assim, o materialismo histórico é também outro método a nortear o presente estudo, entendendo sempre que “não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência” (MARX, 2019, p. 3).

Foi justamente o ser social, o lugar dos governadores, a sociedade estamental portuguesa, a característica polissinodal do Império, dentre outros elementos concretos do mundo português moderno que possibilitaram as ações e atitudes exercidas pelos governadores na capitania da Bahia. O aparecimento dos problemas, os conflitos daí resultantes e a resolução dos mesmos estão também atrelados ao universo concreto desses sujeitos.

Desse modo, esta pesquisa foi direcionada para a resolução dos seguintes problemas: Como atuaram os governadores para introduzir, no governo geral da Bahia, as medidas e práticas propostas pela Coroa durante o reinado de D. José I? Quais foram as dificuldades encontradas pelos governadores gerais em sua função na capitania da Bahia, no período de 1750

² Nesta última página Aróstegui cita Edward Thompson e Walter Benjamim.

a 1777? Quais eram as queixas mais comuns, constantes em seus escritos e cartas, que eles apontaram sobre a capitania e sua gente?

Os problemas elencados no início do projeto serviram como parâmetros para realização da coleta de dados desta pesquisa. Ao selecionar documentos oriundos do período, as respostas às indagações levantadas na fase inicial da pesquisa puderam ser formuladas. A discussão sobre as ações vindas dos governadores e as reações a elas, ou o inverso, são indicadas e realizadas no interior desta tese, de modo particular no terceiro e quarto capítulo. São neles que a documentação selecionada, e os teóricos que servem de apoio para a discussão, se apresentam para se equacionar os problemas desta pesquisa.

As hipóteses construídas foram: no exercício de suas tarefas, os governadores gerais fizeram acordos e concessões aos povos e lideranças locais da Bahia setecentista. Problemas no governo da capitania foram traços comuns a todos os governadores que estiveram à frente da Bahia colonial, no período de 1750 a 1777, estes, por sua vez, demandavam tempo e limitavam a ação dos representantes régios no espaço baiano.

Por sua vez tiveram os seguintes objetivos:

- a) Compreender o comportamento político dos governadores gerais que estiveram na Bahia entre 1750 a 1777 e sua ligação com os problemas oriundos dos grupos e povos por eles governados;
- b) Analisar as ligações entre as ações dos governadores na Bahia setecentista e a cultura política do Antigo Regime português;
- c) Identificar os atritos mais comuns vivenciados pelos governadores em sua função e a maneira como eram resolvidas pelos governadores-gerais.

Para se alcançar esses objetivos, além dos métodos propostos, utilizou-se a análise explicativa, pois ela tem “como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. Em relação aos procedimentos técnicos, a discussão das fontes e seu entendimento, bem como contributo para construção redacional e historiográfica desta tese recorreu-se à pesquisa documental, pois esta “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 42; 45).

A tese encontra-se dividida em quatro capítulos:

No primeiro, intitulado: “Poder, governo e autoridade no Império português na Idade Moderna” busca-se uma discussão teórica, historiográfica e conceitual sobre o estudo relativo ao mundo luso-brasileiro do século XVIII. Aqui despontam os estudos oriundos do grupo Antigo Regime nos Trópicos, bem como seus críticos. O marquês de Pombal e seu governo; o

entendimento sobre o mundo político e cultural do Império português na modernidade; as ideias que sustentavam o regime lusitano; o poder e limites dos governadores; os conceitos de monarquia pluricontinental e poder polissinodal; as mercês, honras e privilégios e o aparato político, cultural e ideológico que fomentaram a expansão e a manutenção do domínio português sobre extensas áreas do globo são aí discutidas.

O segundo capítulo intitula-se: “Salvador, uma cidade na Ba(h)ia”. A discussão tem a ver com a caracterização de Salvador e da Bahia desde sua fundação até o período pombalino. Sociedade, economia, cultura, grupos residentes na cidade, seu porto, seus prédios públicos, a dinâmica a envolver o comércio, a escravidão e a economia urbana da capital da Bahia no setecentos são discutidos nesse capítulo. Para tal, recorreu-se a autores que estiveram em Salvador entre os séculos XVI ao XVIII, bem como obras históricas que aventam sobre o assunto. Sobre o tráfico de escravos, usou-se aqui os dados existentes no site www.slavevoyages.org.

Nos dois capítulos finais faz-se o estudo da documentação analisada. Continua-se também a discussão teórica e historiográfica sobre os temas abordados. Os problemas vivenciados pelos governadores da capitania da Bahia entre 1750 a 1777 e descortinados nesta tese foram: a) funcionários régios; b) militar, defesa, delitos c) ouro/minas/descaminhos; d) agricultura e cultura de novos produtos; farinha; seca/chuva; madeira e) porto, frotas, navios e África; f) Igreja.

No terceiro capítulo além de uma abordagem sobre o perfil dos governadores da Bahia no período pombalino e as normatizações pertinentes ao cargo, empreendeu-se uma análise sobre o primeiro dos seis problemas levantados, isto é, aquele concernente aos funcionários régios. Por se tratar do assunto mais amplo, sendo aquele que causou maiores problemas aos administradores da capitania da Bahia, o assunto domina todo o capítulo. Sobressai-se nele as disputas e contendas a envolver governadores e ministros da Relação, além de outros servidores, grandes ou pequenos, e as questões por ele levantadas e que geravam preocupação e desgaste para os governadores.

No último capítulo abordam-se os demais assuntos: b) militar, defesa, delitos c) ouro/minas/descaminhos; d) agricultura e cultura de novos produtos; farinha; seca/chuva; madeira e) porto, frotas, navios e África; f) Igreja. Este é o maior capítulo muito em virtude de se analisar cinco diferentes temas. É preciso atentar que ainda que estejam divididos em sua abordagem, os problemas se interligavam, sendo que, por exemplo, questões envolvendo o clero decaíam também sobre funcionários e vice-versa.

A opção metodológica para abordagem destes assuntos no terceiro e quarto capítulo da tese nos permitiu descortinar os documentos relativos ao tema que foram aqui selecionados ao longo do reinado de D. José I. Assim, cada problema será esmiuçado e discutido nos vinte sete anos do período josefino dentro do limite temático em que ele é aventado. É importante frisar que muitos dos problemas não são tão recorrentes enquanto outros se destacam mais e são constantemente tratados nos ofícios e cartas dos governadores. Dessa forma a abordagem aqui posta irá se aprofundar mais em um assunto do que em outros.

Isso justifica-se por que ao longo da coleta de dados alguns temas foram mais abordados por governadores da capitania do que outros. Outrossim, houve também a impossibilidade de leitura de alguns documentos cuja conservação ou devido as questões ortográficas limitaram a coleta de dados em diversos ofícios e cartas disponibilizados no site do Projeto Resgate.

Por fim, como o assunto da nossa pesquisa era entender e discutir os problemas com os quais os governadores se depararam na administração da capitania da Bahia essa temática fez com que determinados itens fossem privilegiados em detrimento de outros. Objetos vinculados ao contexto da administração da Bahia colonial tendiam a ser mais recorrentes nas queixas e tratamentos que os governadores a estes devotavam. Isso tudo fazia com que determinados tópicos fossem sempre lembrados quando da escrita deste grupo.

Alguns argumentos ali eram mais amplos do que outros, sendo muito mais recorrentes os problemas envolvendo funcionário régios e as questões militares do que assuntos que versavam sobre alimentação, seca ou chuva, por exemplo. A questão didática aqui posta, isto é, a abordagem por meio de temas, fará com que o leitor veja que tópicos importantes da época, como a Igreja Católica por exemplo, não apareça tanto quanto as questões militares. Claro está que ao realizar esse estudo não se pretende ter com ele finalizado os tópicos aqui postos. No limite, foi o que a pesquisa realizada e os 277 documentos consultados, nos permitiram adentrar no universo das adversidades dos governadores da capitania da Bahia no período pombalino.

Por fim, encerrando aqui a explicação sobre a opção metodológica com que se tratou a documentação nessa tese, é sempre bom não esquecer que os temas são correlatos e que muitos eventos aconteceram concomitantemente. Os governadores, em um dia ou semana de serviço régio, viam-se às voltas com matérias das mais díspares, em um momento são questões envolvendo funcionário régios, em outro momento soldados, depois membros do clero, tudo isso em tempos similares e necessitando de resolução eficaz por parte dos governadores da capitania.

Desse modo, a pesquisa se orientou por entender

que cada momento do passado, assim como cada momento do presente, não contém apenas a semente de um futuro predeterminado e inevitável, mas a de toda uma diversidade de futuros possíveis, um dos quais pode acabar tornando-se dominantes, por razões complexas, sem que isto signifique que é o melhor, nem, por outro lado, que os outros estejam totalmente descartados (FONTANA, 2004, p. 478).

Por fim, toda pesquisa nasce de um desejo, de uma dúvida. A minha surgiu no início deste nosso século XXI. Recém-saído da graduação, e iniciando a caminhada pela pós-graduação e pelo ensino superior, fui apresentado pelo meu ex-professor de Teoria da História, Antônio Pereira Sousa, com uma reportagem da Folha de São Paulo em que se indagava a diversos historiadores sobre quais seriam os livros essenciais para se entender a história do Brasil. Era o período das comemorações pelos 500 anos do chamado “Descobrimento”, e o jornal buscava informar o que se devia ler para entender o nosso país. A maioria dos historiadores, dentre os dez livros que podiam indicar, informaram predominantemente a obra *Segredos Internos*, de Stuart Schwartz.

Fiquei curioso, pois ainda não conhecia o livro. Adquiri-o e iniciei sua leitura. Ainda hoje, quase vinte anos decorridos, lembro do impacto que aquela obra teve em minha visão de Brasil. O entendimento que eu possuía sobre o período colonial sofreu uma saudável e desafiadora transformação. Para mim, não seria mais possível compreender o passado colonial apenas como uma disputa entre a casa grande e a senzala, não era mais viável pensar apenas no latifúndio, monocultura e escravidão como únicos elementos definidores da sociedade e história do Brasil. A dinâmica envolvendo grupos e indivíduos era mais complexa e contraditória, com intrigas, disputas, conflitos, acordos, contratos, arranjos, dentre tantos outros itens, que não se comportavam apenas em dois ou três conceitos, como os de exploração e sistema colonial, por exemplo. A dicotomia e as explicações que havia aprendido em sala de aula precisavam ser revistas. Daí em diante outros autores, brasilianistas ou brasileiros, descortinaram uma ideia de passado que ia de encontro ao que eu havia lido e discutido na graduação. Desse aprendizado surgiu o desejo de aprofundar o entendimento sobre o passado da América portuguesa.

Quando iniciei minha tentativa de seleção para um doutorado, tendo meu projeto sido recusado, recorri a ajuda da professora Avanete Pereira Sousa para que lesse o projeto e me desse algumas dicas. Ao indicar que o tema que eu propunha não se sustentava ela me orientou para o estudo do governo da capitania da Bahia, tendo em vista que eu havia publicado um artigo sobre o regimento do provedor-mor em uma revista acadêmica. Dessa dica e das leituras feitas, nasceu um esboço de projeto inicial que foi sendo construído ao longo de cerca de dez anos.

O projeto inicial foi pensando em 2005. Decorridos onze anos, e tendo realizados leituras e aprofundamentos sobre o tema, fui selecionado na UNESP em Assis. Nesta Instituição, com debates e discussões com meus colegas de sala e sobre a valorosa e profícua orientação do professor André Figueiredo Rodrigues a ideia, lá do início do século, se concretizou...

CONCLUSÃO

O Império português foi fruto de um processo de expansão, conquista, acordos e hibridismos culturais que se estendeu por um longo período de tempo. Tendo sido iniciado ainda durante a compleição do território lusitano, fruto das batalhas que envolveram os povos da Península Ibérica com os mulçumanos que a dominavam. Essas guerras ensejaram a mentalidade cruzadística, a qual também contribuiu para modelar e alicerçar a monarquia portuguesa.

Ao terminar a conquista do território europeu, dando início ao reino de Portugal, a Coroa, a nobreza e mercadores continuaram com suas ideias de conquista e expansão. África, Ásia e, depois, América tiveram partes de suas terras incorporadas ao domínio luso, seja por meio de acordos, seja por conquistas.

Como nos indica Charles Boxer, no afã de expandir a fé católica, buscar ouro e prata, derrotar os mouros, encontrar o reino de Prestes João e as especiarias do Oriente, os lusitanos foram galgando pedaços de territórios nos três continentes. Nesse ínterim, após um período de rápida expansão e fortuna, coube à Coroa e a nobreza, consolidar e gerenciar áreas e povos localizados em distintos lugares do planeta. Cada um desses povos e regiões apresentava características deveras particulares: ideias, culturas, geografia, sociedade, religião e inimigos diferentes, porém presentes.

Exercer o domínio sobre tão vasta extensão do globo cobrou seu preço aos portugueses. Entre perdas de monarcas, mortes de missionários e nobres e pessoas comuns, naufrágios, contendas com a vizinha Espanha, Portugal se viu sempre a caminhar sobre uma tênue linha para manter seu Império e sua independência frente às outras potências da Europa. O Império e sua manutenção se tornou condição *sine qua non* para que os monarcas e a nobreza portuguesa mantivessem o Estado em suas mãos.

Saber lidar com território e povos tão diferentes tornou-se um dos grandes estratagemas dos portugueses para manter seu Império. Tendo que enfrentar a pressão de nações muito mais poderosas, caso da França, Inglaterra, Espanha e Holanda; Portugal conseguiu manter sob sua égide, vastos e amplos territórios em quatro continentes. Desse sucesso residiu a própria manutenção da Coroa e da prosperidade que mantinha a nobreza portuguesa e seus ganhos. Sem seus domínios de além-mar não haveria o Reino, conforme discutido no corpo da presente tese. Era dos oceanos Atlântico e Índico que provinham a maior parte das rendas que sustentavam a Corte e concedia aos monarcas condições para manter o trono.

Para sustentar seu Império foi preciso recorrer a pessoas e grupos que estivessem preparados para isso. A constituição de uma nobreza e uma classe mercantil, com a capacidade de se fazer presente em diversas regiões do globo, manteve sob sua égide em territórios longínquos a identidade portuguesa. Isto foi um item que o Império logrou executar com êxito ao longo de seus cinco séculos de existência.

A mundialização ibérica, para seguir a formulação de Serge Gruzinski, e a incorporação dos quatro cantos do globo ao domínio de Portugal e Espanha determinou fluxos e refluxos, seguindo a concepção de Pierre Verger, de saberes e povos. Ao assim constituir um novo mundo, e um novo modo de concepção deste mundo, as sociedades fundidas e fundadas pelos europeus em seu intercuro com outros povos na América, África e Ásia redesenhou o mapa do planeta. Ela refez mentes e concepções, ressignificando e reatualizando o modo de pensar da Época Moderna.

Para que aquilo fosse feito era preciso haver elos de ligação a envolver as cortes da Europa com povos a elas subalternos, ou então aliados, em outras paragens do globo. Nesse sentido, tomando aqui o caso estudado, a capitania da Bahia no período pombalino, nota-se que coube aos governadores ser aquele elo. Se as Câmaras, como nos aponta Boxer e Avanete Sousa, foram os elementos de constituição do poder local e de vínculo entre a elite regional e a Coroa, foi nos governadores que se encontrava a personificação da figura do rei e de seu poder, por intermédio deles eram concretizadas as políticas do Estado, que a Coroa e a nobreza portuguesa buscavam implantar na América, além de outras regiões do Império.

Os governadores eram membros da elite lusitana. Como nos indicam Nuno Monteiro e Mafalda Cunha, no caso específico da Bahia e das regiões mais importantes da América portuguesa, desde o final do Seiscentos, vieram para essa região pessoas oriundas das casas de primeira grandeza de Portugal. Eram nobres com boa formação teórica e militar, pessoas que rodavam o globo assumindo o lugar de comando nas redes e conexões que constituíam o Império, indo da África para Ásia ou para a América, ou o inverso.

Desse modo, os governadores se constituíram como indivíduos que estavam em consonância com diversidade e potencialidades do Império, bem como de suas limitações. O conhecimento que estes tinham da dinâmica a envolver povos, culturas, riquezas, aparato militar, economia, sociedades, dentre outros elementos a constituir o mundo português de além-mar, dotava-os de um conhecimento que os distinguiam de outros arcos do poder português, caso das Câmaras, tendo em vista que seus membros, na maioria das vezes, jamais haviam saído de seus lugares de origem.

Assim, do trabalho desses indivíduos dependia a boa gestão do território, sua defesa, desenvolvimento da economia, resoluções de problemas, diálogo com a Igreja Católica e seus membros, apaziguamento de contendas. O universo de serviços e atuações que envolviam o corpo das funções dos governadores foram muitos e variados e estavam vinculados ao mundo concreto do labor dos homens em suas vivências sociais cotidianas. Como nos ensina Karl Marx, os homens, em seus ideais, desejam fazer muitas coisas; no entanto, são as condições concretas de existência que permitem, ou não, tais anseios se realizarem.

No caso aqui estudado, as condições concretas que permitiam aos governadores o limite para sua ação e desenvolvimento de sua administração na capitania da Bahia se materializavam nos problemas e adversidades que estes encontravam no governo da capitania. Foram estes problemas, com matizes e origens variadas, com graus de complexidade mínima ou alta, que ensinaram aos responsáveis pelo governo da capitania no período pombalino formas diversificadas para atenderem àquilo que as leis e decretos do Reino exigiam, ao mesmo tempo em que conciliavam e mantinham a organicidade da economia, da política e da sociedade baiana colonial.

Diferente do que defendeu Caio Prado Júnior, a administração não esteve ao sabor dos gostos de quem governava. Ainda que imperassem desejos e imposições vindas do Reino em dados momentos, esses, muitas vezes, surgidos dos caprichos de reis ou de seus assessores o que determinava a vigência de alguma coisa nas conquistas era a legislação existente, as forças políticas locais e o modo como os governadores viam a aplicabilidade de tal medida. Da congruência entre esses três vetores surgiram as modificações e alterações no mundo colonial.

Nesse ínterim, os governadores se deparavam com problemas e contendas que, em certo sentido, estavam presentes em todos os governos e capitanias da América portuguesa. A administração colonial e o relacionamento entre governo e funcionários régios, a boa gestão dos recursos e da arrecadação, a preocupação com a defesa, a questão da Igreja, o cuidado com as tropas, alimentos e sua obtenção ou ausência, chuvas e seca; eram alguns dos itens constantes nos governos que estiveram à frente da capitania da Bahia entre 1750 a 1777. Os problemas aqui analisados se equacionam dentro da longa duração que nos ensinou Fernand Braudel.

Governar não era de modo algum fácil, era preciso saber dialogar com diferentes grupos e forças. Era necessário contar com o apoio da elite local e das tropas. Os governadores precisam a todo tempo saber como exercitar seu poder, fosse com uso da força, fosse com a persuasão das palavras. A noção de uma colônia explorada por uma potência estrangeira, que se submetia aos ditames do exterior, é algo há muito tempo reavaliado e ultrapassado na historiografia colonial. Desse modo, a existência de problemas na capitania da Bahia entre 1750

a 1777 foi comum, corriqueiro e mostrou fonte de preocupação e barreiras para o exercício da autoridade dos governadores na Bahia Setecentista.

A convivência com funcionário régios e suas regalias; os problemas envolvendo o clero, sempre fonte de alterações na Bahia; o porto de Salvador, local de chegada e partida, onde o contrabando, as brigas, a frequência de pessoas vindas de outras nações, o perigo dos ataques de navios inimigos foram outros pontos.

A mineração, mesmo não sendo tão importante quanto em Minas Gerais, representou, em boa parte do período estudado, fonte de grandes contendas. Alimentação, mudanças climáticas, a busca por novos produtos e desenvolvimento da lavoura, os delitos, os atrasos na entrega de navios que estavam nos estaleiros agregavam novos desafios à administração. Havia ainda, a África e seus desafios, sendo competência de quem estava no governo em Salvador sua resolução.

Os problemas aqui analisados demonstram que governar a capitania da Bahia no período pombalino era não apenas complicado, como também exigia a junção de um delicado equilíbrio. O governador deveria buscar o uso ponderado, mas resoluto, da força e da autoridade, em consonância com o diálogo e busca de soluções que evitassem o aparecimento de fissuras na sociedade baiana colonial e grupos aí existentes.

Os assuntos abordados revelam também aspectos do cotidiano dos governadores. Seus anseios, desejos, limites, abordagens, dúvidas, decisões, pensamentos, temores, inteligência, vivência. Por meio de sua leitura é possível visualizar o que estes indivíduos pensavam sobre si e sua época. O tempo da pesquisa, bem como os documentos analisados não puderam permitir um aprofundamento neste aspecto do governo da capitania, tal item deve ser elucidado em novas pesquisas.

Cada item estudado revela que o poder na sociedade luso-brasílica estabelecida em Salvador e na capitania da Bahia, reconhecia-se como integrante de um aparato maior, o Império, mas não deixava de demonstrar sua vinculação com o local em que havia nascido, onde exerciam sua função. Nesse sistema de pesos e contrapesos, o poder não era exercido apenas pelo representante do rei; outras pessoas, em seus cargos públicos e devido a sua proeminência na sociedade colonial tinham condições de exercer poder. Embora a documentação pesquisada não tenha indicado muitos atritos entre os governadores do período e a Câmara de Salvador é de se imaginar que tais tenham acontecido. Os estudos de Avanete Sousa já o demonstraram.

Os problemas aqui elencados denotam como o poder dos governadores foi exercido. Ao descortinar o universo de problemas coloniais depara-se como a visualização concreta dos pesos

e contrapesos que caracterizavam o universo político e social do Império, já descortinados ou indicados em obras de autores como Stuart Schwartz, Charles Boxer, John Russel-Wood, Amaral Lapa, Avanete Sousa, Maria de Fátima Gouvêia, João Fragoso, dentre outros.

Cada dificuldade aqui abordada descortinou um universo político e cultural em que imperava noções de honra, apreço, riqueza, competição, disputas e de busca incessante pelo lucro. Era uma sociedade onde o lugar em que a pessoa nascia determinava sua condição social. No entanto, por se tratar de uma área em que o comércio prevalecia, essa apreciação pelo lugar social também coexistia com o status financeiro que o indivíduo podia conseguir por meio do comércio e da lavoura.

Como se percebe, a vivência dos governadores e seu pleito não eram itens triviais e simples de serem resolvidos. Durante os vinte e sete anos aqui estudados, nos 276 documentos avaliados e 175 citados, escolhidos entre mais de mil consultados, o que se notou foram os problemas como uma pauta sempre constante na labuta dos governadores. Em uma das mais importantes capitanias da América portuguesa do século XVIII, o governo foi sempre palco de constantes dificuldades.

Um outro ponto que a presente pesquisa traz é a contribuição para entendimento dos limites do pombalismo, ou do poder do Marquês de Pombal, no território americano. As cartas e ofícios encaminhados para Lisboa eram, em sua grande maioria, destinadas à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Diogo de Mendonça Corte-Real e Tomé Joaquin da Costa Corte-Real, secretários entre os anos de 1750 a 1760, detinham o poder de decisão em relação a América portuguesa. Houve um interregno de domínio de Pombal durante a gestão de seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como Secretário, mas depois a secretaria obteve nova autonomia com Martinho de Melo e Castro, que mesmo sendo aliado do Marquês de Pombal concorreu depois para sua queda.

Outro ponto é entender a complexidade e diversidade de deveres e afazeres que os governadores da capitania da Bahia possuíam. Além dos problemas que surgiam em Salvador era preciso estar atento àqueles oriundos de áreas como Sergipe, Espírito Santo, África e também estar pronto para atender ao pedido de socorro de outras regiões, de modo particular as capitanias do sul da América portuguesa em momentos de invasão ou disputas militares.

Nesse sentido, as queixas e problemas em que se envolveram os governadores da Bahia não tinham como centro decisor para suas ações e julgamentos o principal ministro de D. José, mas outros indivíduos que também detinham poder e influência junto a Corte. Se a força de Pombal foi se agigantando no Reino após o Terremoto de Lisboa nos que se refere as possessões ultramarinas estas permaneceram sob a égide de outros grupos ou pessoas.

Logo, o estudo e análise dos problemas vivenciados pelos governadores permitiu melhor compreender a lógica da sociedade colonial baiana no Setecentos, bem como a complexidade e dinâmica que envolvia os grupos, a riqueza, o lugar social, os méritos, os apreços, e toda uma gama de valores e situações que forjaram o poder e a sociedade baiana colonial.

FONTES CONSULTADAS

1. AHU-ACL-CU-005, Cx. 1 Doc. 69 – Ofício 25 de março de 1751. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca do provimento de diversos postos militares.
2. AHU-ACL-CU-005, Cx. 1 - Doc. 75, aclamação de D. José I. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real relatando os festejos públicos realizados na Bahia para celebrar a aclamação de D. José I.
3. AHU-ACL-CU-005, Cx. 1 Doc. 71-73 – Ofício 25 de março de 1751. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real informando a cerca das causas de estar suspenso o procedimento criminal contra D. Thereza Luiza Leite viúva do desembargador Luís de Souza Pereira.
4. AHU-ACL-CU-005, Cx. 1 Doc. 85 – Ofício de 4 de maio de 1751. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real sobre nova lei que extinguiu o imposto de capitação e restabeleceu o pagamento do quinto.
5. AHU-ACL-CU-005, Cx. 1 - Doc. 87 – Ofício de 25 de maio de 1751. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real anulação da sentença de Manuel Jesus de Maria.
6. AHU-ACL-CU-005, Cx. 1 Doc. 115 - Ofício de 30 de junho de 1751. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da chegada do vice-rei da Índia, do ex-arcebispo de Goa e da cultura do arroz.
7. AHU-ACL-CU-005, Cx. 2 Doc. 144 - Ofício de 6 outubro de 1751. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da plantação de amoreira e criação do bicho da seda.
8. AHU-ACL-CU-005, Cx. 2 - Doc. 146 - Ofício de 9 de outubro de 1751. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da doença do desembargador Acuzio José de Magalhães.
9. AHU-ACL-CU-005, Cx. 2 Doc. 165 – 11 de outubro de 1751. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca de ter arribado à Bahia a nau francesa Auguste.
10. AHU-ACL-CU-005, Cx. 2 Doc. 167 – Ofício de 12 de outubro de 1751. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da pouca utilidade que produzem as palmeiras no Brasil, serviços dos canarins na Bahia.
11. AHU-ACL-CU-005, Cx. 2 Doc. 169 – Ofício de 12 de outubro de 1751. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da casa de fundição de Jacobina.

12. AHU-ACL-CU-005, Cx. 2 Doc. 176 Ofício 14 de outubro de 1751. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca do falecimento de Antônio Rodrigues Neves e reparação das naus N. Sra. das Necessidades e N. Sra. da Caridade.
13. AHU-ACL-CU-005, Cx. 2 Doc. 190 - Ofícios de 4 de janeiro de 1752. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca de licença de navios para transportarem tabaco e requerimento de posto de infantaria Antônio Teixeira de Moraes.
14. AHU-ACL-CU-005, Cx. 2 Doc. 200 - Ofício 6 de janeiro de 1752. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da prisão do alferes Manoel de Brito.
15. AHU-ACL-CU-005, Cx. 2 Doc. 206 – Ofício de 20 de março de 1752. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da ida de desembargado a Pernambuco para tratar do conflito entre o bispo e o juiz de fora da cidade de Olinda.
16. AHU-ACL-CU-005, Cx. 2 Doc. 208 – Ofício 6 de abril de 1752. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da fiscalização de ourives para se evitar fundição de ouro extraviado.
17. AHU-ACL-CU-005, Cx. 2 Doc. 226 – Ofício de 25 de abril de 1752. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da cultura do linho.
18. AHU-ACL-CU-005, Cx. 2 Doc. 230 – Ofício de 25 de abril de 1752. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da cultura e aproveitamento das palmeiras e falecimento de alguns canarins.
19. AHU-ACL-CU-005, Cx. 2 Doc. 238. Ofício 11 de maio de 1752. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da criação do juiz de fora em Cachoeira e descaminhos na alfandega.
20. AHU-ACL-CU-005, Cx. 3 Doc. 301 – Ofício 8 de dezembro de 1751. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da cultura do arroz e dos engenhos para debulha.
21. AHU-ACL-CU-005, Cx. 3 Doc. 323 – Ofício de 29 de dezembro de 1751. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca de temporais prejudicando o carregamento dos navios.
22. AHU-ACL-CU-005, Cx. 3 Doc. 296 – Ofício de 24 de abril de 1752. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da cultura do arroz e dos engenhos para debulha.
23. AHU-ACL-CU-005, Cx. 4 Doc. 413 – Ofício de 28 de fevereiro de 1753. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca do naufrágio do navio Santo André e Santana.

24. AHU-ACL-CU-005, Cx. 4 Doc. 426 – Ofício de 1º de março de 1753. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca do falecimento do diretor da feitoria de Ajudá.
25. AHU-ACL-CU-005, Cx. 4 Doc. 462 – Ofício de 2 de março de 1753. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da chegada da frota de navios bem como da falta de chuvas naquele ano.
26. AHU-ACL-CU-005, Cx. 4 Doc. 472 - Ofício de 3 de março de 1753. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca dos conflitos do desembargador Diogo Vieira de Souza com seus colegas da Relação.
27. AHU-ACL-CU-005, Cx. 4 Doc. 507, Ofício de 31 de março de 1753. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da recusa do provedor da Casa da Moeda em receber o ouro.
28. AHU-ACL-CU-005, Cx. 4 Doc. 520 – Ofício 11 de abril de 1753. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da chegada da nau francesa Diana.
29. AHU-ACL-CU-005, Cx. 4 Doc. 564 – Ofício 6 de maio de 1753. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca de carregamento de tabaco nos navios e instrução para se evitar a demora destes no porto.
30. AHU-ACL-CU-005, Cx. 4 Doc. 586 – Ofício 10 de maio de 1753. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca do regresso dos canarins para Goa e cultura do linho na Bahia.
31. AHU-ACL-CU-005, Cx. 5 Doc. 611 – Ofício 25 de maio de 1753. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca de temporais que impediam a partida da frota.
32. AHU-ACL-CU-005, Cx. 5 Doc. 686 – Ofício de 17 de julho de 1753. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca de alienação mental do desembargador Diogo Vieira de Souza e sua internação.
33. AHU-ACL-CU-005, Cx. 5 Doc. 693 – Ofício 31 de julho de 1753. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca do falecimento do desembargador Diogo Vieira de Souza.
34. ACL-CU-005, Cx. 5 Doc. 712 – Ofício 10 de setembro de 1753. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca do donativo de 1727 pago para custear as despesas do casamento dos Príncipes.

35. AHU-ACL-CU-005, Cx. 6 Doc. 912 – Ofício 28 de janeiro de 1754. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca do auxílio a charrua holandesa Meerfliet e do estado de seus tripulantes.
36. AHU-ACL-CU-005, Cx. 6 Doc. 912 – Ofício 4 de fevereiro de 1754. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da necessidade de se adquirir barcaça para serviço no porto.
37. AHU-ACL-CU-005, Cx. 6 Doc. 949 – Ofício de 28 de fevereiro de 1754. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca de pagamento pelo provedor mor de despesas com a capela da igreja matriz de Arassuhay.
38. AHU-ACL-CU-005, Cx. 7 Doc. 1024 – Ofício de 26 de março de 1754. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca de conflito entre o padre Felix Peixoto e o capitão Francisco Vieira da Silva.
39. AHU-ACL-CU-005, Cx. 7 Doc. 1066 – Ofício de 29 de março de 1754. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da remessa de 20 mil cruzados para provedoria de Pernambuco.
40. AHU-ACL-CU-005, Cx. 7 Doc. 1081 – Ofício 29 de março de 1754. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca de corte, compra e remessa de madeiras para o Reino.
41. AHU-ACL-CU-005, Cx. 7 Doc. 1125 – 22 de abril de 1754. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca da nomeação do Conde dos Arcos para o governo da Bahia.
42. AHU-ACL-CU-005, Cx. 8 Doc. 1231 – 28 de julho de 1754. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca de requerimento de José Carlos Pinto e seca prolongada.
43. AHU-ACL-CU-005, Cx. 8 Doc. 1285, ofício de 31 de julho de 1754. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca de ser falsa uma participação do Intendente Geral sobre ordem ao comandante de registro de Muritiba.
44. AHU-ACL-CU-005, Cx. 8 Doc. 1298 – Ofício de 6 de agosto de 1754. Ofício do vice-rei para Diogo Mendonça Corte Real acerca de casa de fundição em Goiás e chegada do novo diretor de Ajudá.
45. AHU-ACL-CU-005, Cx. 9. Doc. 1436 – 26 de outubro de 1754. Informação do Chanceler da Relação Manuel Antonio da Cunha Sottomaior sobre desfalques na Fazenda régia.

46. AHU-ACL-CU-005, Cx. 9. Doc. 1454 – 31 de outubro de 1754. Informação do Chanceler da Relação Manuel Antonio da Cunha Sottomaior sobre prisão do escrivão João Dias e sobre a devassa em relação ao governo do vice-rei Conde de Athouguia.
47. AHU-ACL-CU-005, Cx. 10. Doc. 1652 – ofício 5 de junho de 1755. Ofício do governo interino para Diogo de Mendonça Corte Real acerca da prisão de vários indivíduos em Jacobina acusados de falsificar moedas.
48. AHU-ACL-CU-005, Cx. 10 Doc. 1755 – Ofício de 2 de julho de 1755. Ofício do desembargador Antônio José da Fonseca Lemos para Diogo de Mendonça Corte Real acerca dos descaminhos que se praticavam no comércio da Costa da Mina.
49. AHU-ACL-CU-005, Cx. 10 Doc. 1804 – ofício de 5 de julho de 1755. Ofício do intendente do ouro Wenceslau Pereira da Silva para Diogo de Mendonça Corte Real acerca transferência da casa de fundição de Jacobina para Arasuahy e prisão do provedor da moeda Francisco Xavier Vaz Pinto.
50. AHU-ACL-CU-005, Cx. 11 Doc. 2048 – Ofício 2 de maio de 1756. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Diogo de Mendonça Corte Real acerca da não chegada do franciscano José Camelo à Bahia.
51. AHU-ACL-CU-005, Cx. 11 Doc. – 2056 – 4 de maio de 1756. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Diogo de Mendonça Corte Real acerca do aparecimento de uma moeda de ouro falsa.
52. AHU-ACL-CU-005, Cx. 11 Doc. 2065 – Ofício de 7 de maio de 1756. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Diogo de Mendonça Corte Real acerca da prisão do piloto Antonio José de Abreya.
53. AHU-ACL-CU-005, Cx. 12 Doc. 2068 – Bando de 9 de maio de 1756. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Diogo de Mendonça Corte Real acerca das providências para evitar os preços excessivos que os comerciantes tinham postos em todos os gêneros depois do Terremoto de Lisboa.
54. AHU-ACL-CU-005, Cx. 12 Doc. 2079 – Ofício 14 de maio de 1756. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Diogo de Mendonça Corte Real acerca do Terremoto de Lisboa e o donativo que seria dado pela capitania da Bahia.
55. AHU-ACL-CU-005, Cx. 12 Doc. 2147, Ofício de 23 de junho de 1756. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Diogo de Mendonça Corte Real acerca de anvios naufragados na costa da Bahia e chegada das naus Conceição e Santana.
56. AHU-ACL-CU-005, Cx. 12 Doc. 2175 – Ofício de 9 de agosto de 1756. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Diogo de Mendonça Corte Real acerca de queixa

contra o comandante da frota Gaspar Pinheiro da Câmara Manuel por não ter salvado a terra.

57. AHU-ACL-CU-005, Cx. 12 Doc. 2238 – Ofício de 1 de setembro de 1756. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Diogo de Mendonça Corte Real acerca da proibição da venda pelos marinheiros de fazendas de tecidos em Salvador.
58. AHU-ACL-CU-005, Cx. 12 Doc. 2262 – Ofício de 3 de setembro de 1756. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Diogo de Mendonça Corte Real acerca da demora da frota devido ao Terremoto de Lisboa.
59. AHU-ACL-CU-005, Cx. 13 Doc. 2376 – Ofício de 30 de abril de 1757. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca da demolição da torre da Sé.
60. AHU-ACL-CU-005, Cx. 13 Doc. 2464 – ofício de 11 de maio de 1757. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para José Carvalho de Melo acerca das melhorias na cultura do tabaco em Cachoeira.
61. AHU-ACL-CU-005, Cx. 14 Doc. 2498 – Ofício de 10 de agosto de 1757. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Sebastião José Carvalho de Melo acerca da suspensão do desembargador João Eliseu de Sousa.
62. AHU-ACL-CU-005, Cx. 14 Doc. 2509 – Ofício de 15 de agosto de 1757. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca do destino do casco e dos materiais da nau São Francisco Xavier.
63. AHU-ACL-CU-005, Cx. 14 Doc. 2533 – Ofício de 21 de agosto de 1757. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca da vistoria da nau São Francisco Xavier e dificuldade que o provedor da fazenda fazia para sua destruição.
64. AHU-ACL-CU-005, Cx. 14 Doc. 2573 – Ofício de 24 de agosto de 1757. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca da dissolução da Mesa do Bem Comum.
65. AHU-ACL-CU-005, CX. 18 Doc. 3420 – Ofício de 17 de maio de 1758. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para D. José I acerca das providências para se evitar as deserções no exército.
66. AHU-ACL-CU-005, Cx. 19 Doc. 3458 – Ofício de 23 de maio de 1758. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca do protesto do rei de Daomé e suas ameaças ao comércio e aos navios.

67. AHU-ACL-CU-005, Cx. 19 Doc. 3538 – Ofício de 2 de setembro de 1758. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca de explicação sobre nova ordem régia a respeito dos despachos de navios.
68. AHU-ACL-CU-005, Cx. 19 Doc. 3548 – Ofício de 8 de setembro de 1758. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca do tratamento em relação ao chanceler Manuel Antônio da Cunha Soutomaior.
69. AHU-ACL-CU-005, Cx. 19 Doc. 3556 – Ofício de 10 de setembro de 1758. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca do apoio ao arcebispo da Bahia em relação ao julgamento dos padres da Companhia de Jesus.
70. AHU-ACL-CU-005, Cx. 20 Doc. 3674 – Ofício de 19 de setembro de 1758. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Sebastião José de Carvalho acerca da chegada dos Conselheiros do Conselho Ultramarino a Bahia.
71. AHU-ACL-CU-005, Cx. 21 Doc. 3888 – Ofício de 19 de dezembro de 1758. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca do carregamento e da partida de navios da frota.
72. AHU-ACL-CU-005, Cx. 21 Doc. 3922 – Ofício de 22 de dezembro de 1758. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca da nomeação do secretário do Conselho Ultramarino na Bahia a um incidente que isso provocara.
73. AHU-ACL-CU-005, Cx. 21 Doc. 3932 – Ofício de 18 de janeiro de 1759. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca da arqueação de navios que transportavam escravos da África para o Estado do Brasil.
74. AHU-ACL-CU-005, Cx. 21 Doc. 3953 – Ofício de 19 de janeiro de 1759. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca de um sacramento de um jesuíta a pedido do governador de Angola que estava acamado na Bahia.
75. AHU-ACL-CU-005, Cx. 22 Doc. 4051 – Ofício de 30 de janeiro de 1759. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca do corte e exportação de madeiras para o Reino.
76. AHU-ACL-CU-005, Cx. 22 Doc. 4181 – Ofício de 29 de maio de 1759. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca de chegada de uma frota inglesa ao porto de Salvador.
77. AHU-ACL-CU-005, Cx. 23 Doc. 4374 – Ofício de 22 de julho de 1759. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca da

chegada de uma esquadra francesa e do corso que esta fizera sobre a esquadra inglesa ali ancorada.

78. AHU-ACL-CU-005, Cx. 23 Doc. 4449 – Ofício de 28 de julho de 1759. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca de pedido de munição de guerra para defesa da Bahia.
79. AHU-ACL-CU-005, Cx. 24 Doc. 4473 – Ofício de 30 de julho de 1759. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca dos navios ingleses e franceses ancorados na Bahia.
80. AHU-ACL-CU-005, Cx. 25 Doc. 4734 – Ofício 15 de agosto de 1759. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para Thomé Joaquim da Costa Corte Real acerca da exploração de salitre na serra dos Montes Altos.
81. AHU-ACL-CU-005, Cx. 25 Doc. 4772 – Ofício de 15 de dezembro de 1759. Ofício do Vice-rei Conde dos Arcos para o prior do convento de Santa Thereza acerca da recuso da entrega do dinheiro da herança de Raimundo Maciel Soares.
82. AHU-ACL-CU-005, Cx. 26 (outra) Doc. 5019 – Ofício do Chanceler 12 de julho de 1760. Ofício do governo interino para Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre prisão de alguns passageiros vindos da Índia.
83. AHU-ACL-CU-005, Cx. 26 (outra) Doc. 5033 – ofício de 13 de julho de 1760. Do Coronel Gonçalo Xavier de Barros para o Conde de Oeiras sobre o falecimento do Marquês de Lavradio.
84. AHU-ACL-CU-005, Cx. 26 (outra) Doc. 5083 – Ofício de 21 de julho de 1760. Carta do chanceler governador interino Thomas Roby de Barro para Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a devassa na residência do conde dos Arcos e morte e funeral do Marquês de Lavradio.
85. AHU-ACL-CU-005, Cx. 27 Doc. 5130 – Ofício de 22 de novembro de 1760. Carta do chanceler governador interino Thomas Roby de Barro para Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre queixa que fizera Sebastião Correa de Melo contra o capitão mor de Sergipe Del Rey.
86. AHU-ACL-CU-005, Cx. 27 Doc. 5131 – Ofício 22 de novembro de 1760. Carta do chanceler governador interino Thomas Roby de Barro para Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a prisão do diretor da fortaleza de Ajudá.
87. AHU-ACL-CU-005, Cx. 27 Doc. 5158 – Ofício de 6 de fevereiro de 1761. Ofício do chanceler governador interino Thomas Roby de Barro para o Conde de Oeiras sobre

- baixa a Miguel de Magalhães Tourinho do posto de capitão do fortinho da capitania de Porto Seguro.
88. AHU-ACL-CU-005, Cx. 27 Doc. 5158 – Ofício de 7 de fevereiro de 1761. Ofício do chanceler governador interino Thomas Roby de Barro para o Conde de Oeiras sobre pagamento de propinas devidas a ele como governador interino.
 89. AHU-ACL-CU-005, Cx. 28 Doc. 5245 – Carta de 23 de junho de 1761. De Gonçalo Xavier de Barros e Alvin sobre chegada da frota e sua nomeação como governador interino.
 90. AHU-ACL-CU-005, Cx. 28 Doc. 5303 – Carta de 28 de julho de 1761. De Gonçalo Xavier de Barros e Alvin sobre sua nomeação e chegada da frota.
 91. AHU-ACL-CU-005, Cx. 28 Doc. 5323 – Ofício 31 de julho de 1761. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre a prisão do capitão mor de Sergipe.
 92. AHU-ACL-CU-005, Cx. 28 Doc. 5444 – Ofício de 19 de setembro de 1761. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre proibição de entrada e saída de mulas e burros nas aldeias e cidades do Estado do Brasil.
 93. AHU-ACL-CU-005, Cx. 29 Doc. 5486 – Ofício de 21 de setembro de 1761. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre a incapacidade dos capitães de infantaria, patentes e soldos.
 94. AHU-ACL-CU-005, Cx. 29 Doc. 5506 – Ofício de 25 de setembro de 1761. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre a repugnância a vida militar e problemas com baixa após dez anos.
 95. AHU-ACL-CU-005, Cx. 29 Doc. 5556 – Ofício de 28 de setembro de 1761. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre as providências para se evitar a grande demora nos julgamentos de casos da Relação.
 96. AHU-ACL-CU-005, Cx. 30 Doc. 5695 – Ofício de 10 de dezembro de 1761. Carta dos governadores interinos para Conde de Bobadela, governador do Rio de Janeiro explicando a exploração de salitre na serra dos Montes Altos.
 97. AHU-ACL-CU-005, Cx. 30 Doc. 5761 – Ofício 8 de fevereiro de 1762. Carta dos governadores interinos para Conde de Bobadela, governador do Rio de Janeiro explicando a exploração de salitre na serra dos Montes Altos.
 98. AHU-ACL-CU-005, Cx. 31 Doc. 5823 – Ofício de 22 de março de 1762. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre a tranquilidade na capitania e regozijo com o nascimento do príncipe da Beira.

99. AHU-ACL-CU-005, Cx. 31 Doc. 5824 – Ofício de 23 de março de 1762. Carta do chanceler José Carvalho de Andrade para o Conde de Oeiras sobre abundância de frutos na Bahia.
100. AHU-ACL-CU-005, Cx. 31 Doc. 5827 – Ofício de 10 de abril de 1762. Carta do chanceler José Carvalho de Andrade para o Conde de Oeiras sobre precauções para defesa da terra e da costa.
101. AHU-ACL-CU-005, Cx. 31 Doc. 5888 – Ofício 12 de abril de 1762. Ofício do governo interino requisitando auxílio de 400 mil cruzados para despesas da defesa.
102. AHU-ACL-CU-005, Cx. 32 Doc. 5954 – Ofício de 22 de julho de 1762. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre alistamento dos soldados do Terço de Auxiliares.
103. AHU-ACL-CU-005, Cx. 32 Doc. 5999 – Ofício de 30 de julho de 1762. Ofício do Governo interino para o Conde de Oeiras sobre chegada a Bahia do novo arcebispo.
104. AHU-ACL-CU-005, Cx. 32 Doc. 6000 – Ofício de 16 de agosto de 1762. Ofício do Governo interino para o Conde de Oeiras sobre tomada de posse do novo arcebispo como parte do governo interino.
105. AHU-ACL-CU-005, Cx. 32 Doc. 6008 – Ofício de 25 de agosto de 1762. Ofício do Governo interino para o Conde de Oeiras sobre invasão de Portugal por tropas espanholas e falta de pólvora, alistamento militar e medidas para defesa.
106. AHU-ACL-CU-005, Cx. 32 Doc. 6008 – carta 31 de agosto de 1762. Carta do chanceler José Carvalho de Andrade para o Conde de Oeiras sobre conflito com o coronel Gonçalo Xavier por este querer se envolver em negócios e despachos da Relação.
107. AHU-ACL-CU-005, Cx. 32 Doc. 6035 – Ofício de 14 de fevereiro de 1763. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre chegada de frota de guerra com marinheiros doentes de escorbuto.
108. AHU-ACL-CU-005, Cx. 32 Doc. 6037 – Ofício de 16 de fevereiro de 1763. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre capitulação da Colônia de Sacramento.
109. AHU-ACL-CU-005, Cx. 33 Doc. 6075 – Ofício de 21 de abril de 1763. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre o insucesso da fábrica de salitre na serra dos Montes Altos.

110. AHU-ACL-CU-005, Cx. 33 Doc. 6084 – Ofício de 1 de maio de 1763. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre a prisão do soldado Luís Antonio de Vasconcelos.
111. AHU-ACL-CU-005, Cx. 33 Doc. 6108 – Ofício de 7 de maio de 1763. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre a dificuldade para pagar soldo das tripulações das naus Santo Antonio e São José.
112. AHU-ACL-CU-005, Cx. 34 Doc. 6287 – Ofício de 22 de maio de 1763. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre informações de diversas naus de guerra e partida da frota.
113. AHU-ACL-CU-005, Cx. 34 Doc. 6320 – Ofício de 22 de junho de 1763. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre tomada da Praça do Rio Grande pelos espanhóis.
114. AHU-ACL-CU-005, Cx. 35 Doc. 6494 – Ofício de 28 de maio de 1764. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça expõe motivos para recusa em dar posse a José Gomes Gonzaga como diretor da fortaleza de Ajudá.
115. AHU-ACL-CU-005, Cx. 36 Doc. 6741 – Ofício de 18 de janeiro de 1765. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre deserção de vários marinheiros do navio inglês Sebelay.
116. AHU-ACL-CU-005, Cx. 36 Doc. 6741 – Ofício de 25 de março de 1765. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre movimento das tropas espanholas na Colônia do Sacramento, das dificuldades para recrutamento da tropa e espera da chegada do novo governador Conde de Azambuja.
117. AHU-ACL-CU-005, Cx. 36 Doc. 6789 – Ofício de 29 de março de 1765. Ofício dos governadores interinos para o Conde de Oeiras sobre descoberta de salitre na Serra do Rio Verde.
118. AHU-ACL-CU-005, Cx. 36 Doc. 6823 – Ofício de 6 de maio de 1765. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre bando publicado em relação a criação de muares.
119. AHU-ACL-CU-005, Cx. 37 Doc. 6889 – Ofício de 12 de junho de 1765. Ofício dos governadores interinos para o Conde de Oeiras sobre propinas que o Vice-rei pretendia receber.
120. AHU-ACL-CU-005, Cx. 37 Doc. 6907 – Ofício de 15 de junho de 1765. Ofício dos governadores interinos para o Conde de Oeiras sobre a Irmandade do Espírito Santo.

121. AHU-ACL-CU-005, Cx. 37 Doc. 6925 – Ofício de 2 de outubro de 1765. Ofício dos governadores interinos para o Conde de Oeiras sobre expulsão do padre José de Manticelli.
122. AHU-ACL-CU-005, Cx. 37 Doc. 6945 – Ofício de 4 de dezembro de 1765. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre dificuldades para prisão d Wenceslau Gomes da Silva administrador temporal das aldeias do Douro.
123. AHU-ACL-CU-005, Cx. 37 Doc. 7006 – Ofício de 16 de janeiro de 1766. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre envio de tropas e armamento para a capitania do Espírito Santo.
124. AHU-ACL-CU-005, Cx. 39 Doc. 7330 – Ofício de 4 de agosto de 1766. Ofício dos governadores interinos para Francisco Xavier de Mendonça sobre recrutamento de tropas e procedimento contra os desertores.
125. AHU-ACL-CU-005, Cx. 39 Doc. 7346 – Carta de 6 de agosto de 1766 do Chanceler José Carvalho de Andrade sobre a posse do Governador.
126. AHU-ACL-CU-005, Cx. 39 Doc. 7347 – Ofício de 6 de agosto de 1766. Ofício do governador Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça sobre indisciplina e desorganização nas tropas.
127. AHU-ACL-CU-005, Cx. 39(B) 7442 – Ofício de 29 de setembro de 1766. Ofício do governador Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça sobre fraudes na Casa da Moeda.
128. AHU-ACL-CU-005, Cx. 40 (B) Doc. 7466 – Ofício de 4 de outubro de 1766. Ofício do governador Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça sobre deplorável estado em que se encontravam as tropas e a guarnição.
129. AHU-ACL-CU-005, Cx. 40 (B) Doc. 7529 – Ofício de 21 de dezembro de 1766. Ofício do governador Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça sobre fuga do provedor Manuel de Matos Serpa.
130. AHU-ACL-CU-005, Cx. 40 (B) Doc. 7529 – Ofício de 22 de dezembro de 1766. Ofício do governador Conde de Azambuja para o Conde de Oeiras sobre denúncias contra o conselheiro Antonio de Azevedo Coutinho.
131. AHU-ACL-CU-005, Cx. 40 (B) Doc. 7533 – Ofício de 23 de dezembro de 1766. Ofício do governador Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça sobre fraudes e irregularidades de alguns funcionários da Fazenda Real.

132. AHU-ACL-CU-005, Cx. 40 (B) Doc. 7549 – Ofício de 27 de março de 1767. Ofício do governador Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça sobre os ministros da justiça e os escândalos que havia na proteção de criminosos.
133. AHU-ACL-CU-005, Cx. 40 (B) Doc. 7576 – Ofício de 31 de março de 1767. Ofício do governador Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça sobre contrabando na Bahia e comércio com a Costa da Mina.
134. AHU-ACL-CU-005, Cx. 41 Doc. 7595 – Ofício de 18 de maio de 1767. Ofício do governador Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça sobre irregularidades na alfândega feitas pelo provedor Manuel de M. Pegado Serpa.
135. AHU-ACL-CU-005, Cx. 41 Doc. 7628 – Ofício de 4 de julho de 1767. Ofício do governador Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça sobre tratamento dos militares no Hospital da Misericórdia.
136. AHU-ACL-CU-005, Cx. 41 Doc. 7643 – Ofício de 19 de julho de 1767. Ofício do governador Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça sobre grandes desfalques que sofria a Fazenda Real e as dificuldades em se descobrir.
137. AHU-ACL-CU-005, Cx. 41 Doc. 7664 – Ofício de 24 de julho de 1767. Ofício do governador Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça sobre seus serviços já prestados na capitania da Bahia.
138. AHU-ACL-CU-005, Cx. 41 Doc. 7668 – Ofício de 28 de agosto de 1767. Ofício do governador Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça sobre a maneira como eram exercidas as serventias de diferentes serviços.
139. AHU-ACL-CU-005, Cx. 41 Doc. 7704 – Ofício de 28 de setembro de 1767. Ofício do governador Conde de Azambuja para Francisco Xavier de Mendonça sobre os serviços da Provedoria e a necessidade de reforma para se evitar os descaminhos.
140. AHU-ACL-CU-005, Cx. 42(B) Doc. 7818 – Carta do arcebispo e governador informando da chegada e posse do Marquês de Lavradio, 20 de abril de 1768.
141. AHU-ACL-CU-005, Cx. 42(B) Doc. 7867 – Ofício de 1º de maio de 1768. Ofício do governador Marquês de Lavradio para Francisco X. de Mendonça sobre reclamação do potentado de Daomé ao diretor da fortaleza de Ajudá.
142. AHU-ACL-CU-005, Cx. 42(B) Doc. 7873 – Ofício de 5 de maio de 1768. Carta do Marquês de Lavradio ao Conde de Oeiras sobre sua chegada à Bahia, posse e sobre funcionários da justiça.

143. AHU-ACL-CU-005, Cx. 42(B) Doc. 7867 – Ofício de 5 de maio de 1768. Ofício do governador Marquês de Lavradio para Francisco X. de Mendonça sobre alguns oficiais militares e nomeações que fizera na guarnição.
144. AHU-ACL-CU-005, Cx. 43 Doc. 7931 – Carta de 12 de setembro de 1768. Carta do Marquês de Lavradio ao Conde de Oeiras sobre produção de algodão.
145. AHU-ACL-CU-005, Cx. 43 Doc. 7958 – Ofício de 14 de setembro de 1768. Ofício do governador Marquês de Lavradio para Francisco X. de Mendonça sobre normalização dos serviços da Relação.
146. AHU-ACL-CU-005, Cx. 43 Doc. 7972 – Ofício de 8 de abril de 1769. Grifo nosso. Ofício do governador Marquês de Lavradio para Francisco X. de Mendonça sobre os graves prejuízos que a falta de instrução superiores causava ao seu governo.
147. AHU-ACL-CU-005, Cx. 43 Doc. 8063 – Ofício de 29 de julho de 1769. Ofício do governador Marquês de Lavradio para Francisco X. de Mendonça sobre navio de guerra francês Barão D'Arroz arribado no porto de Salvador por falta de mantimentos.
148. AHU-ACL-CU-005, Cx. 44 Doc. 8108 – Ofício de 13 de outubro de 1769. Ofício do governador Conde de Povolide sobre sua chegada à Bahia e posse como novo governador.
149. AHU-ACL-CU-005, Cx. 44 (B) Doc. 8109 – Ofício de 20 de outubro de 1769. Ofício do governador Conde de Povolide a Francisco X. de Mendonça sobre o estado em que encontrou as fortificações e guarnições militares.
150. AHU-ACL-CU-005, Cx. 44 (B) Doc. 8241 – Ofício de 27 de julho de 1770. Ofício do governador Conde de Povolide ao Conde de Oeiras sobre apreensão e despacho de fazendas contrabandeadas da Costa da Mina para a Bahia.
151. AHU-ACL-CU-005, Cx. 44(C) Doc. 8280 – Ofício de 31 de julho de 1770. Ofício do governador Conde de Povolide para Martinho de Melo e Castro sobre provimento dos postos militares e promoções dos oficiais.
152. AHU-ACL-CU-005, Cx. 44(C) Doc. 8284 – Ofício de 1 de agosto de 1770. Ofício do governador Conde de Povolide para Martinho de Melo e Castro dando representação favorável a pedido do secretario de Estado José Pires de Carvalho.
153. AHU-ACL-CU-005, Cx. 45 Doc. 8453 – Ofício de 3 de julho de 1771. Ofício do governador Conde de Povolide para Martinho de Melo e Castro sobre representação dos comerciantes que pedem dispensa da obrigação de terem roças.

154. AHU-ACL-CU-005, Cx. 46 Doc. 8626 – Carta dos Governadores Interinos de 4 de abril de 1774. Carta dos governadores interinos informando que o Conde de Povolide embarcara para o Reino.
155. AHU-ACL-CU-005, Cx. 46 Doc. 8630 – Ofício de 16 de maio de 1774. Carta dos governadores interinos para o rei sobre o motivo que o coronel Francisco Antonio da Veiga alegava para não ser ajudante general do governador.
156. AHU-ACL-CU-005, Cx. 46 Doc. 8643 – Ofício de 20 de junho de 1774. Ofício do governo interino para Martinho de Melo e Castro sobre organização e armamento dos Terços Auxiliares.
157. AHU-ACL-CU-005, Cx. 46 Doc. 8657 – Ofício de 20 de outubro de 1774. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para Martinho de Melo e Castro sobre o estado em que se encontrava as fortificações
158. AHU-ACL-CU-005, Cx. 46 Doc. 8673 – Ofício de 20 de outubro de 1774. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para Martinho de Melo e Castro sobre auxílio que as capitanias deviam se prestar e partida de duas infantarias para o Rio de Janeiro.
159. AHU-ACL-CU-005, Cx. 46 Doc. 8678 – Ofício de 3 de novembro de 1774. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para Martinho de Melo e Castro sobre as baixas para os capitães Jerônimo de Rocha e Manuel de Oliveira que o Conselho havia mandado dar sem ter razão nisto.
160. AHU-ACL-CU-005, Cx. 47 Doc. 8707 – Ofício de 24 de janeiro de 1775. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para Martinho de Melo e Castro sobre ter arribado a Bahia o navio Real Duque.
161. AHU-ACL-CU-005, Cx. 47 8828 – Ofício de 19 de julho de 1775. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para Martinho de Melo e Castro sobre ter arribado a Bahia a nau francesa Pondichery e ter mandado exercer a mais rigorosa vigilância.
162. AHU-ACL-CU-005, Cx. 48 Doc. 8935 – Ofício de 16 de outubro de 1775. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para Martinho de Melo e Castro sobre o Regimento de Artilharia dos qual dá diversas informações.
163. AHU-ACL-CU-005, Cx. 48 Doc. 8863 – Ofício de 16 de outubro de 1775. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para Martinho de Melo e Castro sobre o recrutamento militar e as dificuldades para isto devido aos muito privilégios e isenções que se invocavam os moradores da capitania.

164. AHU-ACL-CU-005, Cx. 48 Doc. 8941 – Ofício de 16 de outubro de 1775. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para Martinho de Melo e Castro sobre seu parecer em relação as pretensões do rei de Ardra.
165. AHU-ACL-CU-005, Cx. 48 Doc. 8989 – Ofício de 6 de dezembro de 1775. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para Martinho de Melo e Castro sobre representação dos juízes e desembargadores da Coroa contra os desembargadores eclesiásticos.
166. AHU-ACL-CU-005, Cx. 48 Doc. 9033 – Ofício de 3 de março de 1776. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para o Marquês de Pombal sobre produção de pau brasil nas capitanias do sul e remessa de amostras.
167. AHU-ACL-CU-005, Cx. 49 Doc. 9143 – Ofício de 29 de maio de 1776. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para Martinho de Melo e Castro sobre ter arribado a Bahia o bergantim inglês Rhodi.
168. AHU-ACL-CU-005, Cx. 50 Doc. 9241 – Ofício de 29 de outubro de 1776. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para Martinho de Melo e Castro sobre as providências para garantir a comunicação com a capitania de Pernambuco.
169. AHU-ACL-CU-005, Cx. 50 Doc. 9252 – Ofício de 1 de novembro de 1776. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para o Marquês de Pombal sobre chegada da fragata Princesa do Brasil e preparativos para defesa da Bahia.
170. AHU-ACL-CU-005, Cx. 50 Doc. 9269 – Ofício de 8 de dezembro de 1776. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para Martinho de Melo e Castro sobre chegada de naus e preparativos para a defesa do porto da Bahia.
171. AHU-ACL-CU-005, Cx. 50 Doc. 9320 – Ofício de 10 de fevereiro de 1777. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para o Marquês de Pombal sobre regresso de dois regimentos de infantaria que estiveram dois anos e meio no Rio de Janeiro.
172. AHU-ACL-CU-005, Cx. 50 Doc. 9341 – Ofício de 4 de abril de 1777. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para o Marquês de Pombal sobre ter arribado a Bahia com avarias a nau Ásia Feliz.
173. AHU-ACL-CU-005, Cx. 50 Doc. 9414. Ofício de 2 de maio de 1777. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para o Marquês de Pombal sobre ter recebido carta do Vice-rei do Brasil sobre o abandono pelo general Antonio Carlos Furtado da ilha de Santa Catarina.

174. AHU-ACL-CU-005, Cx. 51 Doc. 9525 – Ofício de 1 de agosto de 1777. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para Martinho de Melo e Castro sobre navio Santo Sacramento que foi equipado e armado em guerra e enviado para o Rio de Janeiro.
175. AHU-ACL-CU-005, Cx. 51 Doc. 9537/9538 – Ofício de 1 de agosto de 1777. Ofício do Governador Manuel da Cunha de Menezes para Martinho de Melo e Castro informando ter recebido a notícia da morte do rei D. José I.

FONTES MANUSCRITAS E SITES

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Disponível em <http://www.bibvirt.futuro.usp.br> Acesso em 23 jul. 2017.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Coordenação de Documentos Escritos. Seção de Arquivos Privados. **Fundo Marquês do Lavradio**: inventário/Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BARNES, Geraldine (2006). Curiosity, Wonder, and William Dampier's Painted Prince. **Journal for Early Modern Cultural Studies**. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/196256/pdf>. Acesso em 13 fev. 2017.

BLUTEAU, Raphael. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

DAMPIER, William. **A Voyage To New-Holland, &c. In the Year 1699** – 3. Ed. Londres, 1729. V. III. Disponível em <http://www.cidade-salvador.com/bibliografia/william-dampier.pdf>. Acesso em 17 jul. 2018.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS “avulsos” da Capitania da Bahia: 1604-1828. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.2 v. Conteúdo: v. 1. (1604-1753) – v.2. (1753-1828) *In*, **Projeto Resgate de Documentação Histórica “Barão do Rio Branco”**.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país**. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/diario-de-uma-viagem-ao-brasil-e-de-uma-estada-nesse-pais-durante-parte-dos-anos-de-1821-1822-e-1823>. Acesso em 03 jun. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5320/1/td_2119.pdf. Acesso em 07 jun. 2017.

INVERTARQ, Inventários de arquivos de família, sécs. XV-XIX: de gestão e prova a Memórias perdidas. Repensando o arquivo pré-moderno EXPL/EPH-HIS/0178/2013. Disponível em <https://inventarq.fcsh.unl.pt/>, Acesso em 30 jul 2019.

LAVRADIO, Marquês. **Cartas da Bahia**, 1768 – 1769. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1972.

PENSARIO. **Projeto identidades do Rio**. Disponível em <https://inventarq.fcsh.unl.pt/>. Acesso em 1 de ago 2019.

PORTUGAL. **Dicionário histórico**. Disponível em <http://www.arqnet.pt/dicionario/>. Acesso em 30 jul 2019.

PORTO SEGURO, Visconde. **História geral do Brazil**: antes da sua separação e independência de Portugal. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert. 1877. Segundo tomo.

ROCHA PITTA, Sebastião da. **História da América portuguesa**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, Rio de Janeiro, 1958.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Disponível em <http://www5.usp.br/pesquisa/acervos-online/>. Acesso em 14 fev. 2017.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Filipe de. **O Trato dos Viventes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia 1750-1808. *In*, BETHELL, Leslie. **História da América Latina**: América latina colonial. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2004. V. II. P. 527 -594.

ÁLVARES, Maria Lúcia Politano; ÁLVARES, Diego; SPINELLI ÁLVARES, Helena; MORAES, Luiz Roberto Santos; SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos. Delimitação das bacias hidrográficas e de drenagem natural da cidade de Salvador. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. Salvador, V. 1, n. 1. p. 107 – 129, jan – abr 2012.

AMANTINO, Márcia; CARVALHO, Marieta Pinheiro de. Pombal, a riqueza dos jesuítas e a expulsão. *In*, FALCON, Francisco J. Calazans; RODRIGUES, Claudia (orgs.). **A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. O Modelo Espacial da Rede Urbana do Recôncavo Baiano Setecentista à luz da Cartografia Histórica. **Anais do I simpósio brasileiro de cartografia histórica**. Paraty: 2011, p. 1 -15.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Geografia de Salvador**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2009.

ARAÚJO, André de Melo. Leopold von Ranke. *In*, PARADA, Maurício. **Os Historiadores: clássicos da História**. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARÓSTEGUI, Julio. O nascimento e o desenvolvimento da historiografia: os grandes paradigmas. *In*, ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Historiografia: teoria e prática**. São Paulo: Alameda, 2014.

AZEVEDO, João Lúcio de. **O marquês de Pombal e a sua época**. São Paulo: Alameda, 2004.

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da cidade do Salvador**. Salvador: Itapuã, 1969.

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Feudo**: a casa da torre de Garcia D'Ávila, da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BARICKMAN, Bert Jude. **Um Contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial**: o governo do Morgadio de Mateus em São Paulo (1765-1775). 2. ed. São Paulo: Alameda, 2007.
- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e a historiografia. In, AZEVEDO, Célia. *et al* (org.) **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p. 29-46.
- BICALHO, Maria Fernanda B.; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar**: ideias e práticas políticas no império português. São Paulo: Alameda, 2005.
- BICALHO, Maria Fernanda B. As câmaras ultramarinas e o governo do império. In, FRAGOSO, João; BICALHO, M. F. Baptista; GOUVÊIA, Maria de F. Silva. **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BICALHO, Maria Fernanda B. Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e Historiografia. In, MONTEIRO, Nuno G. F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. **Optimas Pars**: elites ibero-americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS, 2005 (Estudos e investigações 36).
- CUNHA, Mafalda Soares da. **Na trama das redes**: política e negócios no império português. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CUNHA, Mafalda Soares da. A territorialização do poder régio na América portuguesa (séculos XVII e XVIII). In, SOUZA, Armênia Maria de; NASCIMENTO, Renata C. S. Nascimento. **Mundos ibéricos**: territórios, gêneros e religiosidade. São Paulo: Alameda, 2017.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- BORGES, Eduardo José Santos. **O Antigo Regime no Brasil colonial**: elites e poder na Bahia do século XVIII. São Paulo: Alameda, 2017.
- BOXER, Charles R. **A Idade de Ouro do Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Trad. Nair de Lacerda. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BOXER, Charles R. **O império marítimo português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOXER, Charles R. **Salvador Sá e a luta pelo Brasil e Angola 1602 – 1686**. São Paulo: Editora Nacional, Edusp, 1973
- CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. V.3.
- CARRARA, Ângelo Alves. O Reformismo fiscal pombalino no Brasil. In, **Revista Historia Caribe**. V. 11, N. 29. Jul. – dez. 2016, p 83 – 111.
- CARDIM, Pedro. Administração e governos: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In, BICALHO, Maria F. B.; FERLINI, Vera L. A. (Org.). **Modos de governar**: ideias e práticas políticas no império português séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A crise do colonialismo luso na América portuguesa 1750-1822. In, LINHARES, Maria Yedda (org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

CHAHON, Sérgio. Irmandades. In, VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. (Coleção Memória e Sociedade).

COLIN, Silva. **Técnicas construtivas do período colonial**. Disponível em <http://www.ceap.br/material/MAT02092011153107.pdf>. Acesso em 12 de jul. 2018.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Sentir, escrever e governar. A prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º marquês de Lavradio (1768 – 1799). **Tese**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

CORTESÃO, Jaime. **A colonização do Brasil**. Lisboa: Portugalia, 19?

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Disponível em <https://play.google.com/books/reader?id=reI8AQAAIAAJ&pg=GBS.PP7>. Acesso em 31 jan. 2019.

COSENTINO, Francisco Carlos. O ofício e as cerimônias de nomeação e posse para o governo-geral do Estado do Brasil (séculos XVI e XVII). In, BICALHO, Maria F. B; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). **Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português**. São Paulo: Alameda, 2005.

COSENTINO, Francisco Carlos. Monarquia pluricontinental, o governo sinodal e os governadores-gerais do Estado do Brasil. In, GUEDES, Roberto (org.). **Dinâmica imperial no Antigo Regime português: escravidão, governo, fronteiras, poderes, legados**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. O ouro do Brasil: transporte e fiscalidade (1720-1764). Disponível em http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_leonor_costa_maria_manuela_rocha_rita_sousa_o-ouro-do-brasil-transporte-e-fiscalidade-1720_1764.pdf. Acesso em 27 fev. 2019.

COTTA, Francis Albert. A fabricação do soldado português no século XVIII. In, POSSAMAI, PAULO. **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**. Estudos de História Militar. São Leopoldo: Oikos, 2012.

CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governante do Império português do Atlântico (século XVIII). In, BICALHO, Maria F. B.; FERLINI, Vera L. A. (Org.). **Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.

CUNHA, Mafalda Soares da. MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In, MONTEIRO, Nuno G. F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. **Optimas Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime**. Lisboa: ICS, 2005 (Estudos e investigações 36). 191 – 253

CUNHA, Mafalda Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas. In, **Na trama das redes: política e negócios no império português**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DARNTON, Robert. **Os falsos dentes de Jorge Washington**. Tradução José Geraldo Couto. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

- DERNTL, Maria Fernanda. Entre a coesão e a dispersão: a política urbanizadora pombalina e a criação de Guaratuba, na capitania de São Paulo sob o Morgado de Mateus (1765-1775). **Urbana**. Campinas, n. 2, 2007, p. 1 – 13.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- DIAS, Maria Odila Leite. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.
- DIAS, Marcelo Henrique. **Farinha, madeiras e cabotagem: a capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial**. Ilhéus: Editus, 2011.
- DIAS, Marcelo Henrique. CARRARA, Ângelo Alves. **Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus: Editus, 2007.
- DOMINGUES, Beatriz Helena. Tomismo e maquiavelismo na ibéria e na Ibero-américa: uma comparação entre o caso espanhol e o português. In, LUZ, Guilherme Amaral; ABREU, Jean Luiz Neves; NASCIMENTO, Mara Regina do. **Ordem crítica: a América portuguesa nas ‘fronteiras’ do século XVIII**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- FALCON, Francisco José Calazans. Antigos e novos estudos sobre a “Época Pombalina”. In, FALCON, Francisco J. Calazans; RODRIGUES, Claudia (orgs.). **A Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- FERREIRA, Letícia dos Santos. **Amor, sacrifício e lealdade**. O donativo para o casamento de Catarina de Bragança e para a paz de Holanda (Bahia 1661-1725). 2010. 184 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010
- FIGUEIREDO, Luciano. Pombal cordial. Reformas, fiscalidade e distensão política no Brasil: 1750-1777. In, FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. **A época pombalina no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 125-174.
- FIORAVANTI, Maurizio (coord.), **El Estado moderno em Europa: instituciones y derecho**. Madrid: Trotta, 2004,
- FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O Arcaísmo como Projeto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FLORESCANO, Enrique. **La función social de la historia**. Catédra Julio Cortazar. 2010. Disponível em <http://www.jcortazar.udg.mx/sites/default/files/Funci%C3%B3n%20social%20de%20la%20historia.pdf>. Acesso em 08 jun. 2017, p. 1-22.
- FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru: Edusc, 2004.
- FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. **História (São Paulo)** v.31, n.2, p. 106-145, jul - dez 2012.
- FRAGOSO, João; GOUVÊIA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império. In, **Revista Penélope**. Lisboa, n. 23, p. 67-88, 2000.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores e Negociantes**: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. In, **Tempo**. Revista digital de história do departamento e do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, n. 27, p. 49-63, 2009.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na trama das redes**: política e negócios no império português. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. In, GUEDES, Roberto (org.). **Dinâmica imperial no Antigo Regime português**: escravidão, governo, fronteiras, poderes, legados. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs.). **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso**: séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro, Mauad X, 2012.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna**: monarquia pluricontinental e Antigo Regime. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil na literatura de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII**: antologia de textos (1591 – 1808). Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: Uneps, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURTADO, Júnia Ferreira. Minas Gerais e as novas abordagens para o Império marítimo português no século XVIII. In, SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009. P. 107-130.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Estrutura da antiga sociedade portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Arcádia, 19?

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. A história política no campo da história cultural. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa: UEPG, v. 3, n. 1, p. 25-36, 1998.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Administração. In, VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Governo geral. In, VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, 1680-1730. In, FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **Na trama das redes**: política e negócios no império português. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. FRAZÃO, Gabriel Almeida; SANTOS, Marília Nogueira. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. In, **Tempo**.

Revista digital de história do departamento e do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, n. 27, p. 96-137, 2009.

GRAHAM, Richard. **Alimentar a cidade:** das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador 1780 – 1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo:** história de uma mundialização. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora. UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade, presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HERMANN, Jacqueline. Prefácio. In, MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo. **Império de várias faces:** relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna. São Paulo: Alameda, 2009.

HERMANN, Jacqueline. União Ibérica. In, VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

HESPANHA, António M. As estruturas políticas em Portugal na época moderna. In, TEGARRINHA, José (org.). **História de Portugal.** 2. ed. Bauru: EDUSC, São Paulo: UNESP, Portugal: Instituto Camões, 2001.

HESPANHA, António M. A Constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In, In, FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVEIA, Maria de Fátima Silva (Org.). **O Antigo Regime nos Trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. P. 163 – 189.

HESPANHA, António M. Entre a lei e a realidade. Entrevista. In: **Nossa História**, agosto 2006, p. 43.

HESPANHA, António M. Direito Comum e direito colonial. **Panóptica.** Vitória, ano 1, n. 3, nov. 2006, p. 95-116. Disponível em: <http://www.panoptica.org>. Acesso em: 20 abr 2020.

HESPANHA, António M. Prefácio. In, FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores e Negociantes:** história de elites no Antigo Regime nos trópicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HESPANHA, António M. Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos. In, SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). **O governo dos povos.** São Paulo: Alameda, 2009. P. 39-62.

HESPANHA, António M. **Caleidoscópio do Antigo Regime.** São Paulo: Alameda, 2012.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era das Revoluções 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOBBSBAWN, Eric J. **Sobre a História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ISECKSOHN, Vitor. Ordenanças, tropas de linhas e auxiliares: mapeando os espaços militares luso-brasileiro. In, FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial (1720 – 1821).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. V. 3.

KRAUSE, Thiago. Uma elite local e o Atlântico: a Câmara de Salvador e o comércio marítimo. In, MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SAMPAIO,

Antonio Carlos Jucá de; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Ramificações ultramarinas** sociedade comerciais no âmbito do Atlântico luso, século XVIII. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. *In*, KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 97-118.

LAPA, José R. do Amaral. **A Bahia e a carreira da Índia**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Saint Simon ou o sistema da corte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LEAL, Maria das Graças de Andrade; MOREIRA, Raimundo N. Pereira; CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington (Org.). **Capítulos de história da Bahia**. São Paulo: Annablume, 2009.

LINS, Eugênio de Ávila. **A antiga Sé da Bahia**: uma referência para a arte luso-brasileira. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7510.pdf>. Acesso em 15 abr 2019.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. **Labirintos brasileiros**. São Paulo: Alameda, 2011.

MANIERI, Dagmar. **Teoria da História**: a gênese dos conceitos. Petrópolis: Vozes, 2013.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. “Como se fossem bens de morgado” considerações teórico-metodológicas acerca do espaço econômico do ouro e do sistema econômico atlântico. *In*, MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Ramificações ultramarinas** sociedade comerciais no âmbito do Atlântico luso, século XVIII. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2017.

MARTINS, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora da UFPE, 1996.

MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. *In*, **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2005, p. 45-66. n. 73.

MARX, Karl *In*, PAULO NETTO, José (org.). **O leitor de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Disponível em <https://neppec.fe.ufg.br/up/4/o/brumario.pdf>. Acesso em 23 jan. 2019.

MATTOSO, Kátia M. de Q. **Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX**: itinerário de uma historiadora. Salvador: Corrupio, 2004.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**: inconfidência mineira Brasil e Portugal 1750 – 1808. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio**: o imaginário da restauração pernambucana. 3. Ed. São Paulo: Alameda, 2008.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Forças militares no Brasil colonial. *In*, POSSAMAI, PAULO. **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**. Estudos de História Militar. São Leopoldo: Oikos, 2012.

MOISÉS RIBEIRO, Márcia. Ciência e império: o intercâmbio da técnica e o saber científico

entre a Índia e a América portuguesa. *In*, FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. **A época pombalina no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 499-524.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. *In*, FRAGOSO, João; BICALHO, M. F. Baptista; GOUVÊIA, Maria de F. Silva (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. *In*, BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de governar**: ideias e práticas políticas no império português, séculos XVI – XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. O governo da monarquia e do império: o provimento de ofícios principais durante o período pombalino: algumas notas breves. *In*, SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. A tragédia dos Távoras. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII. *In*, FRAGOSO, João; GOUVÊIA, Maria de Fátima (orgs.) **Na trama das redes**: política e negócios no império português. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. *In*, FRAGOSO, João Luis Ribeiro; GOUVÊIA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. V. 3.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Aparente e essencial. Sobre a representação do poder na Época Moderna. *In*, SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira Furtado; BICALHO, Maria Fernanda. (orgs.) **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. CARDIN, Pedro. Seleta de uma sociedade: hierarquias sociais nos documentos compilados por Diogo Barbosa Machado. *In*, MONTEIRO, Rodrigo Bentes [et al]. **Raízes do privilégio**: hierarquias sociais no mundo ibérico do Antigo Regime. Rio de Janeiro: Record, 2011.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri; LOUREIRO, José Gomes Marcello. A nova história militar e a América portuguesa: balanço historiográfico. *In*, POSSAMAI, PAULO. **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**. Estudos de História Militar. São Leopoldo: Oikos, 2012.

MORSE, Richard M. **O espelho de Próspero**: cultura e ideias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta, a Experiência Brasileira: formação: histórias**. São Paulo: SENAC, 2000.

MUNSLOW, Alan. **Desconstruindo a história**. Petrópolis: Vozes, 2009.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema colonial**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

OAKESHOTT, Michael. **Sobre a história e outros ensaios**. Tobbooks: Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. O estudo das ideias políticas luso-brasileiras no setecentos: condição atual e perspectivas metodológicas da historiografia brasileira. *In*, **Revista História (São Paulo)**. São Paulo: v. 24; n. 2. P. 129 – 158, 2005.

- PEDREIRA, Jorge. A economia política do sistema colonial. In, FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial (1720 – 1821)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. V. 3.
- PEDRO, Livia. **A cabeça do Brasil**: a cidade do Salvador e os caminhos da capitalidade na Bahia (1481 – 1808). Orientador: Lígia Bellini. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2017.
- PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. Entre a lei e a realidade: a administração de Luís da Cunha Meneses da capitania de Goiás (1778-1783). In, **Revista Mosaico**. V. 8, n. 1; jan – jun 2015, p. 19 – 27.
- PEREIRA SOUSA, Antonio. **Leitura – reflexões**: temas sobre a vida humana em ação. Jundaí: Paco Editorial, 2013.
- POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2013.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- PROJETO RESGATE. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/projeto-resgate/>. Acesso em 27 maio 2019.
- PROST, Antonie. **Doze lições sobre a história**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e Localismo: sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas Monarquias Europeias dos séculos XVI e XVII. **Penélope**, nº6. Lisboa: Cosmos, 1991. pp. 119-144
- RAMINELLI, Ronald. Festa. In, VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas**: monarcas, vassalos e governo à distância. São Paulo: Alameda, 2008.
- RAMINELLI, Ronald. **Nobrezas do Novo Mundo**: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- RAMOS, Fábio Pestana. **Por mares nunca dantes navegados**. São Paulo: Contexto, 2008.
- REIS, Yara Felicidade de Souza. Herança arquitetônica da Belém pombalina. **Resgate**. Campinas, n. 18, p. 99 – 114, 2009.
- RÉMOND, René. **Introdução à história do nosso tempo: do Antigo Regime aos nossos dias**. Lisboa: Gradiva, 1994.
- RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- RIBEIRO, Alexandre Vieira. O comércio de escravos e a elite baiana no período colonial. In, FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores e Negociantes**: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P. 311 – 336.
- RIBEIRO, Mônica da Silva. “Razão de Estado” e pombalismo. Os modos de governar na administração de Gomes Freire de Andrada. In, FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. **A época pombalina no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 91-124.

- RIOS, Cássia Aguiar Noberto; GERMANE, Guiomar Inez. Pescadoras e marisqueiras do distrito de Acupe, Santo Amaro/Bahia. In, **Anais**. XXI Encontro de Geografia Agrária. Uberlândia, 2012, p. 1-22.
- RISÉRIO, Antonio. **Uma história da Cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2000.
- RODRIGUES, André Figueiredo. **Como elaborar artigos**. São Paulo: Humanitas, 2013.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma História conceitual do político. Trad. Paulo Martinez. In, **Revista Brasileira de História**. São Paulo: USP, 1995. V. 15, n. 30. p. 9-22.
- ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.
- ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru: EDUSC, 2001.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos**: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Brasília: UNB, 1981.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro 1500-1808. In, **Revista Brasileira de História**. São Paulo: USP, 1998. V. 18 n. 36
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Precondições e precipitantes do movimento de independência da América Portuguesa. In, FURTADO, Júnia Ferreira. **Diálogos oceânicos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 419-468.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. A projeção da Bahia no Império Ultramarino português, In: **Anais do IV Congresso de História da Bahia**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001, p. 84 -105.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. O Brasil colonial: o ciclo do ouro, 1690-1750. In, BETHELL, Leslie. **História da América Latina: América Latina Colonial**. São Paulo: Edusp, 2004. V. II.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Histórias do Atlântico português**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- SÁ, Charles Nascimento de. Aspectos da administração portuguesa na América: um estudo de caso sobre as funções do provedor-mor da Bahia no século XVIII. In, **Revista Eletrônica de História do Brasil**. Juiz de Fora: Departamento de História e Arquivo Histórico da UFJF, 2005, v. 7, n. 2, jul-dez, 2005, p. 61-76.
- SÁ, Charles Nascimento de. Os quatro cantos do mundo: história da globalização ibérica. In, **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Belém, v. 12, n. 2, maio-ago. 2017, p. 673-676.
- SALGADO, Graça (coord.). **Fiscais e meirinhos**: administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A economia do império português no império pombalino. In, FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. **A época pombalina no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 31-58.
- SANTOS, Marília Nogueira dos. O império da ponta da pena: carta e regimentos dos governadores-gerais do Brasil. In, **Tempo**. Revista digital de história do departamento e do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, n. 27, p. 117-133, 2009.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre trajetórias e impérios: apontamentos de cultura política e historiografia. In, **Tempo**. Revista digital de história do departamento e do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense. Niterói, n. 27, p. 35-47, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. **Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

SCHWARTZ, Stuart B; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEBRIAN, Rapahel N. Nicoletti; PIRES, Ariel José; GANDRA, Edgar Ávila; FRANCO NETTO, Fernando. **Dimensões da política na historiografia**. Campinas: Pontes, 2008.

SERRATH, Pablo Oller Mont. Governadores de um novo tempo: o Império português, a capitania de São Paulo e a administração do Morgado de Mateus. *In, Revista do Arquivo*. n. 1, 2015. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/01/index.php. Acesso em 17 jul. 2019.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. **Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)**. São Paulo: Hicitec; Fapesp, 2006.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. O marquês de Pombal e a formação do homem-público no Portugal setecentista. *In, FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia. A época pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 413-452.

SILVA, Augusto da. Dissertação instrutiva sobre a Escolha dos governadores das conquistas; a sua existência nos governos; e o seu regresso para a corte de Francisco de Almeida Silva (1780). *In, Revista do IHGB*. Vol. 466, a. 176, jan – mar 2015. Disponível em <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-466/item/108127-dissertacao-instrutiva-sobre-a-escolha-dos-governadores-das-conquistas-a-sua-existencia-nos-governos-e-o-seu-regresso-para-a-corte-de-francisco-de-almeida-silva-1780.html>. Acesso em 16 jul. 2019.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Bahia, a corte da América**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

SKINNER, QuentIn, **As fundações do pensamento política moderno**. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

SOARES, Luiz Carlos. As guerras comerciais no século XVII: uma “longa guerra” entre as potências europeias. *In, In, MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo. Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009.

SOARES, Márcio de Sousa. A promessa da alforria e os alicerces da escravidão na América portuguesa. *In, GUEDES, Roberto (org.). Dinâmica imperial no Antigo Regime português: escravidão, governo, fronteiras, poderes, legados*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

SOUSA, Avanete Pereira de. **Poder local e cotidiano: a câmara de Salvador no século XVIII**. 1996. 214 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1996.

SOUSA, Avanete Pereira de. **Poder local, cidade e atividades econômicas**. Bahia século XVIII. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo: 2003.

SOUSA, Avanete Pereira de. Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o senado da câmara da Bahia (século XVIII). *In, BICALHO, Maria Fernanda B.; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português*. São Paulo: Alameda, 2005.

SOUSA, Avanete Pereira de. **A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas**. São Paulo: Alameda, 2012.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei Congo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, George Félix Cabral de. *Elite y ejercicio de poder em el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)*. Tese (doutorado) – Universidade de Salamanca: Salamanca, 2007.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Bahia, a corte da América**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

SOUZA, Evergton Sales. Igreja e estado no período pombalino. In, FALCON, Francisco J. Calazans; RODRIGUES, Claudia (orgs.). **A Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil**. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242787>. Acesso em 12 jan 2019.

SUBTIL, J. (1998), Os governos de Portugal (1736-1916). Revista da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo, 3: 209 – 245. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/2529?locale=en>. Acesso em 30 abr 2020.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 10. ed. São Paulo: Editora UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VAINFAS, Ronaldo; *et al.* **Dicionário do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VALADARES, Virgínia M. Trindade. **A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795)**. São Paulo: Hucitec, 2006.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX**. 4. ed. Ver. Salvador: Corrupio, 2002.

VIANNA JÚNIOR, Wilmar da Silva. **Modos de governar, modos de governo: o governo-geral do Estado do Brasil entre a conservação da conquista e a manutenção do negócio (1642-1682)**. São Paulo: Alameda, 2014.

VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

WEHLING, Arno. Prefácio à terceira edição. In, BOXER, Charles R. **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Trad. Nair de Lacerda. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.